



CURSO DE PSICOLOGIA

Elise Julia Sehn

**MULHER E TRABALHO RURAL:  
INTERFACES SOB A ÓTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO EM UM  
MUNICÍPIO DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Cruz do Sul

2016

Elise Julia Sehn

**MULHER E TRABALHO RURAL:  
INTERFACES SOB A ÓTICA DO DISCURSO JORNALÍSTICO EM UM  
MUNICÍPIO DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Professora Karla Gomes Nunes

Santa Cruz do Sul

2016

*À minha família, que tornou esse momento possível.  
Especialmente às mulheres: mãe Nadir, avós, bisavós...*

## AGRADECIMENTOS

Do fundo do meu coração, a cada um que contribuiu na caminhada da minha vida e da minha graduação, meus sinceros agradecimentos.

Especialmente à minha família, meu pai Irineu, mãe Nadir e mano Eduardo, raiz de todos os meus desejos e conquistas. Base da minha vida, dos ensinamentos, de tudo.

Ao namorado Cassiano, parceiro de todas as horas, que segurou os prantos e acompanhou os risos, especialmente nesta reta final de curso.

À minha orientadora Karla, professora, companheira de reflexões. Que diversas vezes me chamou de volta ao foco, me fez acreditar no meu potencial. Mais do que orientar, construiu comigo, não só este trabalho, mas a graduação.

Às minhas “fiéis escudeiras”, amadas amigas simbióticas Graziela, Laís e Ludmila, hoje psicólogas, que compartilharam comigo cinco belos anos de curso, de trabalhos, de angústias, de aprendizados e de alegrias. Cinco anos que não se acabam na graduação, mas se levam para a vida.

Às amigas de curso, de estágio, de vida, Salimar, Letícia, Dionize, Renata e Vitória, presentes que a Psicologia me trouxe.

Aos colaboradores Paulo Diehl e a equipe da Tribuna Popular, pela cedência das edições do jornal, pela receptividade e pela disponibilidade em responder as dúvidas, bem como ao João Paulo Reis Costa, da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, pelas contribuições e sugestões de leitura.

E à tantos outros professores, supervisores, colegas, familiares e amigos que, junto comigo, trilharam este (nada fácil) caminho da graduação.

Meu muito obrigado a vocês por me motivarem a viver e a lutar, buscando sonhos como a graduação em Psicologia. À todos e todas vocês, meus especiais e profundos agradecimentos!

*Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar.*

(FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*)

## RESUMO

Na sociedade contemporânea muito se produz acerca das articulações entre gênero e trabalho. No entanto, percebeu-se que estas ocorrem, majoritariamente, em um contexto urbano-industrial. Assim, por meio de implicações pessoais e acadêmicas, envereda-se na espacialidade rural, pouco debatido no meio científico, questionando sobre quais seriam os discursos que circulam, na mídia local de um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul/RS, a saber, Sinimbu/RS, acerca das intersecções entre a mulher e o trabalho rural. Para tanto, é feita uma pesquisa documental no jornal local, a Tribuna Popular, importante veículo de informação e comunicação, buscando localizar as relações possíveis entre a mulher e o trabalho rural no discurso midiático, bem como investigando outras intersecções possíveis. Foram utilizados os recursos do *clipping* das edições do jornal, além do registro de anotações em um diário de campo como ferramentas metodológicas para a produção dos dados. Enquanto perspectiva teórico/metodológica utilizou-se a Análise do Discurso em sua vertente francesa, fortemente atravessada pelos estudos foucaultianos. Partiu-se de alguns conceitos de Michel Foucault, como discurso, enunciado e formação discursiva, além de teorizações de autoras contemporâneas, que articulam a análise do discurso ao gênero, à mídia e à política, como Céli Pinto, Rosa Fischer e Maria Gregolin. A partir da produção e da análise dos dados referentes à 56 edições desse jornal semanal, publicadas entre março de 2015 e março de 2016, foi observada a aproximação da mulher rural às atividades laborais da esfera doméstica. Além disso, evidenciou-se a intersecção com outros campos discursivos, como a cultura/tradição germânica, a mobilização social e o atravessamento do discurso econômico-capitalista. As empresas fumageiras aparecem como detentoras de um poder econômico, que incide sobre as práticas sociais e de trabalho das mulheres e dos homens do município, bem como sobre as publicações do jornal. Observou-se também a predominância de um modo de produção agrícola familiar, atravessado por discursos patriarcais, sexistas e capitalistas. Este pode contribuir para a (re)produção de discursos midiáticos que tomam as mulheres enquanto mães, esposas e ajudantes na lavoura. Percebeu-se, desse modo, que diversos discursos perpassam as formas como as mulheres são faladas por estes jornal local, em determinado contexto social e histórico. Não é possível afirmar, no entanto, como estas materializações produzem sujeitos, e vice-versa, apontando-se, assim, para a necessidade de que mais estudos sejam realizados acerca da temática em questão, problematizando as relações entre a mídia, a produção de subjetividades e o meio rural.

**Palavras-chave:** Mulher; trabalho rural; mídia; análise de discurso.

## ABSTRACT

In contemporary society a lot is produced about the articulations between gender and work. However, it was noticed that these occur, mostly, in a urban-industrial context. Therefore, through personal and academic implications, engages in rural space, little debated in scientific environment, questioning which are discourses circulate, in the local media of a small township in Rio Grande do Sul's interior, namely, Sinimbu/RS, about the intersections between women and rural work. For this, a documentary research was done in the local newspaper, Tribuna Popular, important vehicle of information and communication, seeking to locate possible relationships between women and the rural work in the media discourse, as well as investigating other possible intersections. Clipping resources were used in the newspaper editions, in addition to recording logs in a field journal, as methodological tools for data production. As theoretical/methodological perspective, Speech Analysis was used, in its french slope, strongly crossed by the Foucaultian studies. It was based in some of Michel Foucault's concepts, such as discourse, enunciation and discursive formation, in addition to theorizations of contemporary authors, who articulate discourse analysis to gender, media and politics, such as Céli Pinto, Rosa Fischer and Maria Gregolin. From the production and analysis of the data referring to the 56 editions of this weekly newspaper, published between march 2015 and march 2016, it was observed the proximity of the rural women to the labor activities of the domestic sphere. Besides that, the intersection with other discursive fields was evidenced, such as the culture/Germanic tradition, the social mobilization and the crossing of economic-capitalist discourse. The tobacco companies appear as holders of economic power, which affect the social and working practices of women and men in the municipality, as well as the newspaper's publications. It was also observed the predominance of a familiar agricultural production method, crossed by patriarchal, sexist and capitalist discourses. This power contributes to the (re)production of media discourses that see women as mothers, wives and helpers in the agriculture. In this way, it was perceived that various discourses pervade the ways women are talked about in this local newspaper, in a given social and historical context. It is not possible to state, however, how these materializations produce subjects, and vice versa, pointing to the need of more studies about the subject matter, problematizing the relationships between media, subjectivities' production and the rural environment.

Key-words: Woman; rural work; media; speech analysis.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 DO ENCONTRO COM A TEMÁTICA DE PESQUISA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 DO PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>12</b>
<b>3.2 Análise dos dados .....</b>	<b>17</b>
<b>4 SOBRE AS ESPACIALIDADES: O RURAL E O CONTEXTO DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 Rural: o meio e o trabalho discursivados pela mídia local .....</b>	<b>23</b>
<b>4.2 Mulheres motoristas: deslocamentos possíveis? .....</b>	<b>28</b>
<b>5 ENTRE A POSSE E A PRODUÇÃO: PERCURSOS E PERCALSOS POSSÍVEIS ...</b>	<b>31</b>
<b>5.1 Interfaces da agricultura familiar: O modelo tradicional da família nuclear e a     divisão sexual do trabalho .....</b>	<b>36</b>
<b>5.2 Cultura, tradição e mobilização social: articulações presentes no contexto do     trabalho familiar e nas atividades das trabalhadoras rurais.....</b>	<b>42</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO A – Atestado de opção de ênfase em Psicologia e Políticas Públicas .....</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO B – Declaração de dispensa do TCLE .....</b>	<b>56</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge e é desenvolvido a partir de atravessamentos pessoais e acadêmicos durante a graduação em Psicologia, onde algumas reflexões, especialmente dos campos da Psicologia do Trabalho e da Psicologia Social tem despertado dúvidas, inquietações e desejos de pesquisa. Dentre elas destaco as questões da centralidade do trabalho na vida e nos processos de subjetivação, o fator gênero, enquanto constituinte das relações sociais e de trabalho e o fenômeno da mídia, que acaba perpassando praticamente todos os aspectos da vida dos sujeitos na sociedade contemporânea.

Partindo destas questões, e na tentativa de tornar a pesquisa uma ferramenta teórico-prática-política, que articula o conhecimento científico às vivências sociais e subjetivas, enveredo pelo estudo do contexto do meio rural, tão pouco discutido na academia. Assim, este estudo vem problematizar a forma como ocorre a intersecção entre o trabalho, o feminino e o rural, segundo a ótica do discurso midiático em um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul, a saber, trata-se de Sinimbu/RS. Visto que tem sido produzidos muitos estudos em torno do trabalho feminino, mas majoritariamente no contexto urbano-industrial. Assim, com o objetivo de produzir visibilidades e dizibilidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011) acerca do trabalho feminino no meio rural, tomei como ponto de partida o questionamento: quais discursos circulam acerca das interfaces entre mulher e trabalho em um jornal local, conformando modo(s) de ser mulher trabalhadora rural?

Para tentar responder a esse questionamento, foi utilizada uma análise documental no jornal do município, a Tribuna Popular, que, aliada às anotações de um diário de campo, buscou investigar os dizeres/saberes produzidos pela sociedade e (re)produzidos pela mídia local acerca da forma como se articulam, neste caso, os discurso em torno da mulher trabalhadora e/ou moradora do campo na interface com o trabalho. Após produção dos dados, por meio da consulta às edições veiculadas ao longo de 12 meses e destacamento de textos que remetessem à articulação já delineada foi realizada a análise dos materiais com base na perspectiva francesa de Análise do Discurso, fortemente atravessada pelos estudos foucaultianos. Operei com alguns conceitos da obra de Michel Foucault (1996; 2004; 2007), como discurso, enunciado e formação discursiva, além de trabalhar com autoras contemporâneas que problematizam a análise do discurso em articulação com as temáticas mídia, gênero e política, como Céli Pinto (1989; 2005); Rosa Fischer (2001) e Maria Gregolin (2007).

Deste processo decorrem algumas discussões acerca do encontro com a temática de pesquisa (item 2), do percurso metodológico (item 3) e da contextualização deste espaço rural do qual se fala ao longo da escrita, bem como do fator trabalho, do modo como são ditos pelo jornal (item 4). Além destes, surgem, a partir da pesquisa documental, algumas problematizações acerca da posse de terras/propriedade rural, em articulação aos modos de produção, quais sejam a agricultura familiar e o agronegócio. Também é feita uma reflexão acerca de uma estrutura produtiva que se baseia no modelo familiar, marcada pelos discursos da família nuclear e da divisão sexual do trabalho. Onde, por sua vez, se atravessam questões sociais e culturais que afetam diretamente o que se produz sobre - e para - as mulheres rurais (item 5). E, por fim, o estudo apresentará breves apontamentos à guisa de conclusão (item 6).

Cabe ressaltar que, ao longo da escrita, em função de implicações pessoais no percurso formativo e investigativo, se produziu o texto na primeira pessoa do singular. No entanto, esse processo não teria se tornado possível sem outras pessoas e/ou referenciais teóricos, o que implica em dizer que o *eu* presente no texto, nesse sentido, pode ser tomado como um *eu coletivo*, permeado por diversos *outros* que ajudaram a compor o mesmo. Ademais, a pesquisa bibliográfica, a análise e a discussão dos resultados não serão encontrados pelo leitor em capítulos separados, visto que foram discutidos concomitantemente ao longo do trabalho, gerando a(s) composição(ões) que segue(m).

## 2 DO ENCONTRO COM A TEMÁTICA DE PESQUISA

Ao longo da minha graduação em Psicologia, conforme citado anteriormente, fui sendo afetada por questões referentes ao trabalho e sua importância na constituição dos sujeitos, bem como pelos atravessamentos da economia capitalista e do modelo patriarcal de organização da nossa sociedade.

Além disso, também se fizeram presentes ao longo desta jornada algumas reflexões tangentes ao gênero. Nas disciplinas de Psicologia do Trabalho tive contato com problemáticas como a divisão sexual do trabalho e as duplas/triplas jornadas de trabalho femininas. Já na disciplina de Pesquisa Aplicada à Psicologia desenvolvi, juntamente com meu grupo de trabalho constituído por mais três colegas, atualmente já graduadas, uma pesquisa sobre questões de gênero presentes na série de desenhos animados *Os Simpsons* (SEHN et. al., 2014). E, por último, realizei, ao longo do meu estágio curricular em Psicologia na área organizacional e do trabalho, um estudo teórico-analítico sobre o trabalho de uma equipe de higienização hospitalar, majoritariamente exercido por mulheres (SEHN, 2015).

O que quero dizer com todos estes “afetamentos”, é o quanto a questão do trabalho, com este recorte específico de gênero, foi atraindo minha atenção. Conquanto, outras questões se fizeram emergentes, especialmente a partir das minhas vivências fora da universidade.

Nascida e criada numa localidade da zona rural de um município de pequeno porte do Rio Grande do Sul, a saber, trata-se do município de Sinimbu, com economia baseada na agricultura familiar e de subsistência, onde o principal cultivo é o tabaco, convivi com muitas mulheres residentes do meio rural (inclusive minha mãe, avós, bisavós...). Agricultoras e/ou donas de casa, como se autodenominam e são conhecidas pela comunidade, encontram-se na raiz das minhas reflexões. Além disso, também me constituo enquanto agricultora nos momentos em que (em férias e aos finais de semana, por exemplo) me dedico à realização e ao acompanhamento de algumas das atividades desenvolvidas pelos meus pais na agricultura familiar. Tornando, assim, a temática desta pesquisa como central à minha própria existência enquanto mulher, agricultora, que ainda mantém esta vinculação, ao mesmo tempo em que se insere numa graduação em Psicologia.

Surgiram então, a partir destas implicações acadêmicas e pessoais alguns questionamentos, tais como: Qual é o lugar ocupado pelas mulheres do campo? Como se constitui “ser mulher” e/ou trabalhadora neste espaço?

No que tange à divisão sexual do trabalho, temos que historicamente as formas de trabalho consideradas femininas e/ou masculinas têm adotado diferentes significações e valorações. Diversos estudiosos (especialmente mulheres) já se debruçaram sobre a questão do trabalho, em articulação ao gênero, entre elas estão: Strey (1999; 2011) Prehn (1999) e Fonseca (2000). No entanto, esta discussão ocorre basicamente no contexto urbano-industrial, o que provoca minha inquietação quando falo sobre o campo e/ou meio rural. Logo, este trabalho vem problematizar a forma como ocorre esta intersecção através da ótica do discurso midiático, em um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul.

Assim buscou-se compreender como o sujeito deste trabalho (a mulher, moradora e/ou trabalhadora do meio rural) é falado, visto e constituído no município em questão, através deste importante veículo de comunicação/informação local que é o jornal, a saber, a *Tribuna Popular*. Ou seja, buscamos identificar as visibilidades e dizibilidades (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011) sobre as mulheres e o trabalho no (e do) campo, sob a ótica de um jornal semanal do interior do Rio Grande do Sul.

Albuquerque Junior (2011), interlocutor deste trabalho desde a construção do projeto de pesquisa, por meio de seus escritos, faz uma leitura sobre a construção social do que é o Nordeste brasileiro, a partir dos discursos presentes na sociologia, na literatura, na música e no cinema desta região. Ele nos fala de um espaço de relações marcadas por jogos de poder, demonstrando a existência de uma região geográfica “inventada” social e historicamente enquanto um espaço rural, atrasado e conservador. Isso revela um contexto conformador de determinada identidade regional e nacional, construída socialmente em dado período histórico.

### **3 DO PERCURSO METODOLÓGICO**

Na tentativa de problematizar as questões apontadas, foi necessária a construção de uma metodologia de pesquisa, partindo do pressuposto de que não há abordagem certa ou errada. Há, no entanto, aquela que mantém maior proximidade entre os pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa e o processo de produção de dados. Assim, com o objetivo primordial de investigar como os discursos (re)produzidos no jornal desse município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul materializam (em suas produções de textos e/ou imagens) a articulação entre mulher e trabalho rural, conformando modos de ser sujeito neste contexto.

Assim, houve a tentativa de constituir um modo de operar com este trabalho, partindo dos pressupostos da pesquisa qualitativa, que remete a um campo de práticas, objetos e ferramentas metodológicas diversificadas e múltiplas, promovendo um processo de pensar os dados/resultados da pesquisa seguindo indicadores variados. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa documental no jornal, além de anotações em um diário de campo e revisões bibliográficas.

#### **3.1 Procedimentos metodológicos**

Foi realizada a pesquisa documental no jornal do município (Tribuna Popular) partindo-se dos objetivos específicos desta pesquisa, quais sejam: mapear os termos mulher, trabalho e rural no jornal, bem como estes se relacionam; verificar outros pontos de intersecção (como saúde, moradia, educação etc.) presentes; e analisar o que é dito/escrito sobre o(s) modo(s) de ser mulher, em articulação ao trabalho rural, no discurso midiático.

Para tanto, foi utilizado o *clipping* das edições impressas do jornal, de forma semelhante ao trabalho de Spink et. al. (2001), que buscaram entender, a partir do cruzamento das regras de construção presentes nas notícias de quatro jornais nacionais, a construção da Aids enquanto notícia. Também foram utilizados registros em um diário de campo, enquanto recursos para a produção (ou geração) de dados, o que já marca uma posição distinta da noção

de simples coleta de dados. Desse modo, pensamos em produção de dados em interlocução com o jornal pesquisado, mas também em interlocução com os autores que foram fundamentais para a própria produção deste percurso.

O diário de campo foi construído entre o período de março e novembro de 2016, contendo registros pertinentes à temática desta pesquisa e à minha implicação pessoal, que se tornam importantes para os processos reflexivos. Além disso, foi realizado o *clipping* das edições semanais do jornal (disponibilizadas pela equipe da *Tribuna Popular*). Para tanto foi feito, em março de 2015, contato com o proprietário/editor do jornal. Na oportunidade foi apresentada a proposta de trabalho, e recebida autorização para pesquisa nos jornais<sup>1</sup>.

Foram analisadas as edições impressas do jornal durante o período de um ano (entre março de 2015 e março de 2016), somando um total de 56 edições. Cabe ressaltar ao leitor que a *Tribuna Popular* é o único jornal produzido no município (desde o ano de 1993), tendo edições semanais, divulgadas nas sextas-feiras e comercializadas através de assinaturas ou vendas avulsas. Por um período, houve uma tentativa de produzir duas edições por semana, às terças e sextas-feiras. Porém, devido ao alto custo, optou-se por retornar às edições semanais. Esta tentativa (de edições bissemanais) coincidiu com o período da presente pesquisa. Optei, no entanto, pela realização da análise apenas das edições tradicionais, da sexta-feira (ou quinta-feira, quando havia feriado na sexta). Isso porque elas são as mais completas, e também mais esperadas pela população.

Cabe ressaltar que a delimitação do período (um ano de produções jornalísticas) se dá em função do tempo hábil para a pesquisa, considerando-se uma edição semanal. Além disso, a busca era pela investigação do que estava sendo produzido na atualidade, o que justifica a escolha do recorte temporal, entre março de 2015 e março de 2016 (quando foi realizado o contato com o proprietário da *Tribuna Popular*). Nesse momento, optei em analisar as produções anteriores à intervenção/contato inicial, levando em consideração a facilidade de acesso ao material já publicado, tendo, assim, os jornais à disposição para o início imediato da pesquisa, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

O *clipping*, por conseguinte, consiste em um mecanismo utilizado nos estudos da Comunicação Social, “o qual configura uma derivação do inglês *clip*, que quer dizer-nos dos atos de cortar, aparar, reduzir ou recortar. Ele é, na área da comunicação, o recorte de uma

---

<sup>1</sup> O proprietário do jornal colocou as edições à disposição, bem como a equipe de redação para o esclarecimento de eventuais dúvidas. O início efetivo da pesquisa, no entanto, só ocorreu perante a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, sob CAAE nº 57135716.4.0000.5343.

unidade informativa” (TEIXEIRA, 2015, p. 15). Neste trabalho essa ferramenta foi utilizada com a finalidade de trazer do jornal *Tribuna Popular* recortes de enunciados, a fim de pesquisar as formações discursivas implicadas nos discursos referentes à temática da pesquisa. Discurso entendido aqui como essencialmente histórico, não constituído por elementos disponíveis, mas por acontecimentos reais e sucessivos, que não podem ser analisados fora do tempo no qual se desenvolveram (FOUCAULT, 2004).

Parto, assim, das noções de enunciado e de formação discursiva propostas por Michel Foucault, sendo que “a análise do enunciado e a da formação são estabelecidas correlativamente” (FOUCAULT, 2004, p. 137). Na obra *A arqueologia do Saber*, Foucault (2004) afirma que o enunciado, enquanto aquilo que se fala – ou aquilo que “acontece discursivamente” - pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto. A formação discursiva, por sua vez,

constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados*. (FOUCAULT, 2004, p. 135 – 136).

Foram investigados, dessa forma, enunciados (acontecimentos discursivos) que nos aproximassem das visi(dizi)bilidades sobre a mulher da zona rural, em interseção com o trabalho (e outras articulações possíveis, como educação, saúde, assistência social), presentes nas publicações do jornal. Enunciados estes que, ao serem agrupados, puderam, em última instância, constituir determinado *corpus* discursivo, por meio da reunião de um conjunto de textos e/ou imagens veiculadas por meio de reportagens, notícias, anúncios publicitários, artigos de opinião, etc., entendendo-os dentro do contexto histórico e social do município.

Os dados encontrados no *clipping* foram registrados em uma tabela, com a intenção de facilitar o estudo das relações entre os enunciados neste percurso de construção do conhecimento. Com efeito, os jornais foram analisados individualmente, realizando-se uma busca por algum dos termos pertinentes à temática (como mulher, campo, trabalho rural, trabalho feminino). Quando encontrada alguma notícia, anúncio, artigo de opinião, entre outros, era realizada sua leitura.

Após a leitura, era preenchida uma tabela (confeccionada previamente), contendo as seguintes informações: data da publicação; seção e página; autoria; título; descrição da publicação (gênero, resumo); descrição das imagens (caso houvesse); e observações

adicionais (campo destinado à anotação de dúvidas, intersecções e outras relações observadas/produzidas). A tabela inicialmente foi preenchida de forma manual. Após, houve sua edição em uma planilha eletrônica, contendo categorizações quanto aos enunciados e pistas sobre as formações discursivas apreendidas durante a análise. Busquei, conforme sugeria Fischer (2001), explorar os materiais e suas articulações, “na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas” (FISCHER, 2001, p. 199).

Através da utilização desta tabela, foi buscado identificar, por exemplo, quem fala/escreve sobre a temática em questão, bem como quais espaços são ocupados por estes enunciados e qual o contexto de *onde e para quem* se fala. Isto levando em consideração o que Michel Foucault (1996) já dizia sobre o discurso, afirmando que sua produção é controlada, selecionada, organizada e redistribuída conforme as relações de poder estabelecidas em determinado campo discursivo. Essa posição é evidenciada no obra *A ordem do discurso*, que traz a fala de Foucault em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970. Na aula, ele faz uma ligação entre suas obras da década de 60, como *História da Loucura*, *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*, e se vê no mesmo lugar em que estudou, mas agora enquanto professor, o que lhe garantia um lugar, e um poder de fala diferentes.

Em relação à modulação do discurso e suas formas de controle e rarefação, Foucault diz que:

em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Além disso, fica evidente que esta caminhada de produção e análise dos dados não foi um percurso solitário. As reflexões e a construção de conhecimentos também se deram a partir da interlocução com outros autores, bem como dos momentos de orientação. Nestes, refletíamos, eu e minha orientadora, sobre dificuldades, possibilidades e nuances desta pesquisa. Uma das “orientações” mais importantes, que atravessou todo o percurso de construção deste trabalho, foi sobre o cuidado em relação ao foco, ao direcionamento do olhar para a temática aqui estabelecida como objeto de estudo. Como me dizia a orientadora, é necessário que não se perca o “fio condutor” da pesquisa, qual seja a investigação das vizi(dizi)bilidades acerca da mulher, em intersecção ao trabalho no meio rural, visto que o



jornal se mostrou um vasto campo de reflexões para mim, sobre diversas temáticas que atraíram minha atenção.

O estabelecimento do foco e o direcionamento do olhar, portanto, foram algumas das maiores dificuldades observadas ao longo do processo de construção deste, o que pode ser percebido na seguinte passagem, registrada no diário de campo:

Conseguidas todas as edições do jornal que me faltavam, surge-me um novo “problema”: o foco. Se bem me lembro, esta sempre foi uma dificuldade minha. Diante da complexidade da realidade, e das relações que nela se estabelecem, tudo me parece estar muito conectado, muito interligado. É como se fosse uma rede, onde as tramas se cruzam, se ligam, se conectam, constituindo uma formação única. No entanto, eu sei, e acho de extrema importância que, em orientação, a professora me ajude a lembrar de que, em alguns momentos, o foco se torna necessário. Necessário para que [se] possa ver em profundidade algum aspecto da temática que me proponho a estudar, e não apenas a superficialidade das tramas desta rede. Necessário porque a complexidade pode fugir das nossas reflexões, caso não consigamos pensar como se estabelecem as conexões, as tramas da rede. Por isso, a importância da delimitação de uma temática a ser estudada, bem como o foco em algumas das relações que são estabelecidas. E, relembro o recorte do meu projeto de pesquisa, entendo que o foco deste trabalho deve perpassar as intersecções entre a mulher, o trabalho e o meio rural, deslizando o olhar sobre como se constituem estas tramas, na ótica do jornal. (*Trecho do diário de campo, 01 set. 2016*).

Nesse sentido, percebi que algumas reflexões durante a produção dos dados exigiram uma desacomodação, ou desconstrução constante do meu olhar, para que se pudesse evitar generalizações ou essencializações. Percebi que tive que, a partir das leituras e discussões, redirecionar meu olhar, ao dar-me conta de que estava procurando, nas edições do jornal, algo que distinguísse a mulher do campo, e o seu trabalho, da mulher da cidade, ou até mesmo dos homens. Acredito que praticava algo semelhante ao que Albuquerque Junior (2011) chamava de um regionalismo naturalista (que buscava diferenças entre as regiões Norte e Sul do Brasil, como se estas fossem naturais e verdadeiras, além de hierarquizantes). Lembrando que não temos a intenção de buscar essências (essência de ser mulher do campo, por exemplo), mas sim visibilidades e dizibilidades atuais. Foi necessário, portanto, este constante processo reflexivo.

A partir disto, busquei voltar meu olhar para algo mais dinâmico: as relações. Relações estabelecidas (ou não) entre feminino e masculino; entre urbano e rural; entre discursos e práticas. Passei a perceber que meu olhar deveria apenas deslizar por sobre os enunciados, identificando questões pertinentes à temática, e podendo tensioná-las durante todo o percurso de escrita.

Dessa forma, torna-se evidente o contínuo processo de desacomodação que permeia a escrita deste trabalho. Pois, para que possa se estabelecer o foco, também é necessário que se

possa compreender que a realidade é dinâmica, e o conhecimento não é estático. A todo momento, (re)formulamos teorias, conceitos e práticas. E para que isso possa acontecer é preciso que o pesquisador, mesmo que “sofra”, consiga realizar deslocamentos no seu olhar. Desacomodações. Desconstruções. Nesse aspecto, o diário de campo traz outra contribuição importante, que fala sobre este (não fácil) processo de “desconstruir”:

Desconstruir. Esta ideia ficou para mim enquanto ponto de reflexão durante a leitura do livro do Durval (*A invenção do Nordeste*). Desconstruir enquanto conceito, mas, mais do que isso, enquanto processo. Enquanto reflexão. Enquanto produção do conhecimento. Desconstruir o que é dito enquanto verdade, para se pensar outras possibilidades de ser e existir, e de construir conhecimentos, em determinados contextos, lugares, “espacialidades”. (*Trecho do diário de campo, 07 jun. 2016*).

A partir desta reflexão, bem como dos questionamentos suscitados ao longo das orientações, questiona-se: De qual espaço, ou espacialidade, se fala nesta pesquisa? O que seria o campo, ou o rural, do qual se fala? Estes questionamentos dão origem a um tópico que discutirá, após as considerações metodológicas, sobre a espacialidade da presente pesquisa, qual seja o contexto rural, constituindo o capítulo 4 deste trabalho.

### **3.2 Análise dos dados**

“A análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o *corpus* da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico” (SÁ-SILVA et. al., 2009, p. 11). Assim, a análise, ou o tratamento dos dados aconteceu de forma contínua durante a construção deste escrito, partindo-se dos procedimentos descritos anteriormente.

Dessa forma foram sendo identificados, durante o *clipping*, alguns enunciados acerca da temática proposta, expressos nas publicações do jornal, sendo estes postos em movimento a partir da busca pelas relações estabelecidas (entre eles, mas também com enunciados de outras formações discursivas). Ou seja, houve uma tentativa de compreender como diversos enunciados se articulam, dentro de determinadas formações discursivas, constituindo discursos atuais sobre a mulher, em intersecção ao trabalho (e ao meio) rural. Além disso, foram realizadas leituras e consultas à bibliografias diversas, a fim de contextualizar as relações identificadas e problematizadas, colocando estes enunciados também em relação a outros (do meio científico, da legislação, das relações sociais etc.).

A Análise do Discurso (AD) de perspectiva francesa, fortemente atravessada pelos estudos foucaultianos, foi utilizada para a análise dos dados. Como norteadoras, foram utilizadas algumas construções dos estudos feministas (como a noção de gênero, enquanto categoria analítica e também política). Além disso, recorreremos à proposições de autoras contemporâneas, como Rosa M. B. Fischer (2001), Céli R. J. Pinto (2005) e Maria R. Gregolin (2007), que trabalham com a análise de discurso (atravessada pela perspectiva foucaultiana) articulada à mídia, educação e política.

Pode-se dizer que a teoria da Análise do Discurso nasce com o filósofo francês Michel Pêcheux, em meados da década de 60. Esta vem com uma proposta de romper com determinada conjuntura política e epistemológica, se propondo, para além de uma disciplina, a construir um campo transdisciplinar, que vê no discurso uma rede de questões relacionadas à língua, ao sujeito, à história e às relações/jogos de poder. Assim, conforme Gregolin (2007), o *discurso* aparece enquanto um lugar de enfrentamentos teórico-metodológicos. Segundo a autora

a discursividade tem [...] uma *espessura histórica*, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se *efeitos discursivos*. Foucault propõe analisar as práticas discursivas, pois é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico (GREGOLIN, 2007, p. 15).

E, neste sentido, novamente me aproximo de Albuquerque Júnior (2011), buscando investigar quais modos de ser mulher, em determinado contexto histórico, social e cultural, são visibilizados e falados através do discurso jornalístico local de um município de pequeno porte do interior do RS. Parto deste questionamento compreendendo que “poucos discursos escapam do filtro da mídia” (PINTO, 2005, p. 9). A mídia (seja ela falada, escrita, televisiva), conforme Céli Pinto, deixa de ser um espaço onde se expressa o discurso político, para ser um lugar de construção do discurso. Ou seja, em consonância com Fisher (2001), observa-se uma íntima relação entre discurso e poder. Discurso tomado, para além de simples enunciados, enquanto aquilo “pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 11).

A mídia tem se tornado a principal fonte de informação sobre quase todos os temas da atualidade (acontecimentos diários, políticos, das ciências, das artes, etc.), sendo que os discursos se transformam através das técnicas da mídia (que tem seu próprio discurso, com suas ordens e suas formas de funcionamento). A busca pela verdade através da investigação,

que se aproxima do discurso científico e da objetividade, trazendo a presença dos sujeitos, inclusive de opiniões controversas, seriam as características básicas do discurso midiático contemporâneo (PINTO, 2005).

A jornalista e professora do curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul, Fabiana Piccinin (2016), corrobora, afirmando que a mídia perpassa nossas vidas. Porém, necessita ser analisada criticamente, para que não incorramos no equívoco das generalizações, muitas vezes por ela propostas. Chama a atenção especialmente para o caso do jornalismo, que tem sido visto, na mesma direção em que apontava Pinto (2005), enquanto produtor de verdades e objetividades. Ressalta que os jornais apresentam o *ideal da verdade*. No entanto, é importante ter em vista que as notícias não são um reflexo da realidade, mas sim uma *construção*. Construção esta que envolve relações de poder e questões mercadológicas, (re)produzidas dentro de determinado contexto social e histórico (PICCININ, 2016).

Novamente cabe ressaltar que o presente estudo não tem a intenção de encontrar verdades, essências, ou formações identitárias rígidas sobre a mulher residente e/ou trabalhadora rural, mas sim, os modos como elas são vistas/faladas pelo jornal local. Dessa forma, buscamos também evitar generalizações, analisando criticamente o discurso da mídia em questão. Para tanto, buscou-se observar quem, quando e como se fala desta intersecção, tentando problematizar as condições de emergência de determinados enunciados e formações discursivas. Partindo da ideia de que os sujeitos não existem *à priori*, mas são constituídos discursivamente sobre o que se fala deles. Em *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault (2004) ressalta que o que foi dito instaura uma realidade discursiva, sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem.

A estrutura da linguagem e os acontecimentos precisam, assim, ser analisados conjuntamente, para que possamos utilizar a análise do discurso enquanto campo teórico-metodológico para esta pesquisa. Ressaltando que a Análise do Discurso constitui um campo teórico resultante das relações entre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise, que toma o *discurso* enquanto objeto de conhecimento. Ou seja, Michel Pêcheux, criador da AD,

tomou o discurso e a teoria do discurso como o lugar possível de intervir teoricamente, porque permite a relação entre a prática política e as ciências sociais e, também, porque permite a ligação entre a prática política e o discurso. A partir desse pressuposto, Pêcheux provocou uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, em particular no campo da Psicologia Social, objetivando, com esse efeito, dar às ciências sociais um instrumento científico de que elas careciam (AUGUSTINI, 2005, p. 129).

Assim, pensando neste lugar de intervenção teórica possível, se faz necessário refletir acerca do espaço, do lugar, do momento a partir do qual se fala. Ou seja, qual é o *rural* que se apresenta enquanto contexto de pesquisa deste trabalho?

#### **4 SOBRE AS ESPACIALIDADES: O RURAL E O CONTEXTO DA PESQUISA**

Retoma-se aqui a noção de *espacialidade*, definida por Albuquerque Junior (2011) como um ponto de encontro entre poder e linguagem. Seria, no seu trabalho, o ponto onde se encontram o geográfico, o linguístico e o histórico. Rompendo-se as transparências dos espaços e das linguagens, seria preciso “pensarmos as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, [...] nessa região em que linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram, em que a história destrói as determinações naturais” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 33).

Assim, é posta em questão a *espacialidade* desta pesquisa, qual seja o meio rural, ou o campo, enquanto um espaço constituído no encontro entre a Geografia, a Linguagem e a História. Geograficamente, as peculiaridades do meio rural são evidentes, conforme evidencia o seguinte trecho do diário de campo:

Sexta-feira. Aproximadamente 20 horas da noite. Saindo do estágio, rumo à minha casa, me ponho a refletir sobre o percurso. Saindo da cidade de Santa Cruz do Sul, me deparo com um movimento enorme, muitos carros, ciclistas, pedestres... Movimento nos bares, no shopping, nos postos de gasolina. Passando o trevo de acesso à cidade, o fluxo de veículos e pessoas diminui. A estrada é asfaltada, pavimento quase impecável e, no geral, bem iluminada e sinalizada. Alguns trechos são mais “silenciosos”, tem menos iluminação e menos moradias, mas a estrada é ladeada por casas/habitações, e alguns empreendimentos comerciais e industriais. Quando me aproximo da minha cidade, Sinimbu, o movimento diminui consideravelmente. Algumas pessoas estão reunidas na praça, algumas luzes acesas, algumas pessoas sentadas nas varandas, a tomar chimarrão. Estrada de paralelepípedo. Saindo do trecho mais movimentado do centro, passo uma pequena

“vila”<sup>2</sup>, alcançando a estrada de chão. Inicia-se um novo percurso, bem diferente do presenciado até então. Percorro cerca de 10 quilômetros. O trecho é todo de estrada de terra, chão batido. Muitos buracos e pedras. Silêncio e escuridão tomam conta do meu percurso. Vez que outra, surge um poste de luz, indicando uma residência. Mas poucas são as luzes. Poucas são as moradias. Muitas, no entanto, são as lavouras. As roças, que surgem e se destacam, dentre alguns trechos de mata, de árvores, de poteiros. Há algumas estufas (onde se desenvolvem as mudas de tabaco). E muitas lavouras, onde sobre a terra preparada, há tabaco, ou o mais conhecido “fumo” plantado, ainda com poucas folhas. Fumo este que representa o trabalho para um ano (safra) inteira e depende, dentre outros fatores, de condições climáticas favoráveis, e do trabalho contínuo de agricultores e agricultoras, sobre as quais me debruço em meu trabalho de conclusão. (*Trecho do diário de campo, 30 set. 2016*).

A partir deste fragmento do diário de campo é possível pensar em dois fatores. Primeiro, no rural enquanto espaço geográfico, caracterizado pelas distâncias. Distância do centro da cidade. Distância entre uma moradia e outra. E distância, também, das discussões acadêmicas, conforme já problematizado aqui. Segundo, marcado por um contexto de trabalho do município, que é a agricultura, especialmente a plantação do tabaco, que aparece em todo o meu trajeto.

A partir da noção do espaço geográfico é comum a definição do rural como dual, em oposição ao urbano. Pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considera-se como situação urbana as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural, por sua vez, seria aquela que abrange “toda a área situada fora desses limites”. Esse também é o critério de classificação da população urbana e rural (IBGE, 2011).

A definição anterior, então, reforça o rural enquanto espaço que não seja urbano. Definição esta que pode ser questionável, já que não há uma delimitação (física) “natural”, mas sim histórica e social, que remete ao desenvolvimento diferenciado de determinadas regiões geográficas. Conforme Albuquerque Júnior (2011), por exemplo, há predominantemente uma construção do rural enquanto espaço conservador e atrasado em relação ao progresso. Mas cabe refletir também que essa construção não se faz apenas a partir de uma lógica unicamente dual, entre urbano e rural, mas sim sob um aspecto relacional, já que a delimitação (física e social) do rural acontece historicamente.

Dessa forma, torna-se delicado definir uma região, e conseqüentemente sua população enquanto urbana *ou* rural. O que se pode pensar, nesse sentido, são apenas algumas peculiaridades que se aproximam deste contexto que se nomeia por rural – que não significa, então, o oposto do urbano, mas alguma espacialidade, diferente sob alguns aspectos (como o

---

<sup>2</sup> Utilizo a expressão *vila* entre aspas em função do seu uso popular. Tecnicamente, consiste em um aglomerado populacional, localizado espacialmente entre o centro da cidade e a zona rural, onde as casas costumam agrupadas de forma próxima, e com acesso único a um logradouro (IBGE, 2011).

geográfico). E estas peculiaridades, sem dúvida atravessam os modos de viver e trabalhar das pessoas que habitam essa região.

Temáticas tidas como urbanas (ou progressistas) também avançam sobre o rural, na medida em que se transpõe para o campo um modelo capitalista de viver e produzir. Percebe-se o avanço da tecnologia quando, em consulta popular, ele é escolhido como prioridade do município, através das ações de melhoria das redes de energia elétrica e do acesso à internet no interior, por exemplo (TRIBUNA POPULAR, 28 ago. 2015, p. 3).

Além disso, também se destaca a busca por maior produtividade, vista através da proposta da inovação por meio de novos implementos, maquinários e insumos agrícolas para a lavoura. Na edição do dia 06 de março de 2015 da Tribuna Popular (p. 9), por exemplo, aparece em destaque uma matéria intitulada “agricultores participam de dia de campo”. A reportagem é dirigida aos agricultores do município, falando sobre a demonstração de novas tecnologias - máquinas e implementos agrícolas – para o campo (para cultivo de milho, especificamente). A demonstração é feita em um momento chamado de “dia de campo”, promovido por duas empresas do ramo agrícola e tecnológico.

Em outra matéria sobre o trabalho familiar na agricultura, aparece a valorização da lucratividade, visibilizando a propriedade rural enquanto o “negócio” da família, o que denota a lógica capitalista de produção. Ou seja, percebe-se um avanço do capital, do mercado de consumo sobre a agricultura familiar:

Os ensinamentos passados de geração para geração colaboram para o desenvolvimento e a sustentabilidade do seu negócio. A produtividade de famílias que passam a trabalhar juntas tende a ter mais vantagens e lucratividade, sem contar que o custo com maquinários diminui (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

Isso demonstra que não há, de fato, dois “mundos” opostos, mas que há, isto sim, uma relação que se estabelece entre os meios urbano e rural, onde ocorre intercâmbio de informações, de tecnologias, de transformações. Assim, o rural que se toma aqui enquanto contexto de pesquisa não advém de um conceito rígido, inflexível e dual, mas de uma realidade que se experimenta a partir de certas peculiaridades, observadas nas vivências.

Sinimbu, nesse sentido, pode ser considerado como uma espacialidade rural. É um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul (RS), localizado na região do vale Rio Pardo, cuja área territorial são 510.120 quilômetros quadrados. A população, conforme último censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, apontava um total de 10.068 habitantes. Isso representa uma densidade demográfica menor que 20 habitantes por quilômetro quadrado (19,74 hab/km<sup>2</sup>).

Consiste em um município eminentemente rural (85,7% da população, que somam 8.631 pessoas). Desta população rural, 52,6% (4.543 pessoas) eram homens e os demais 47,4% (4.088 pessoas) eram mulheres (IBGE, 2010; FEE, 2010). Em 2015, no entanto, evidenciou-se uma queda geral da população para 9.867 habitantes, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2015), não se tendo este dado atualizado pelo IBGE.

Ademais, trata-se de um município onde a economia se baseia majoritariamente no cultivo do tabaco, com base na agricultura familiar, desenvolvida em pequenas propriedades. Afirmando isto levando em consideração o contexto de onde venho, de uma localidade do interior deste município, onde meus pais (e gerações anteriores a eles), em suas pequenas propriedades rurais, cultivavam - e cultivam - tabaco (já que a fumicultura, como sempre ouvi, “é o que dá mais dinheiro”).

Além disso, também há cultivo de produtos/alimentos para subsistência, como batata, feijão, milho, leguminosas, além da criação de algumas cabeças de gado, porcos e galinhas, de onde se subtraem carne, ovos, leite... No interior, todos meus vizinhos viviam de forma semelhante. Mais tarde, quando iniciei os estudos, inclusive nas escolas “do centro”, ouvia a grande maioria dos meus colegas falarem de realidades como a nossa, que é o que continuo a ver até os dias atuais, em minhas incursões pelo interior. Enfim, esta é uma realidade que vejo ainda muito presente atualmente, e que me provoca os questionamentos suscitados nesta pesquisa.

#### **4.1 Rural: o meio e o trabalho discursivados pela mídia local**

Neste capítulo, serão discutidas algumas das visibilidades sobre a espacialidade rural, e sobre a forma como o trabalho aparece veiculado no jornal *Tribuna Popular*. Chamo a atenção para a questão de que o trabalho na lavoura, de forma geral, não aparece especificamente associado às mulheres. No entanto, como constituinte da realidade do campo, acredito que se faça presente também na vida delas. Por isso, mesmo que com nomeações linguísticas tipicamente masculinas (como produtor, agricultor, colono), trago as reflexões como pertinentes também às vivências femininas, já que as mulheres compõem esta população rural sobre a qual se fala. Isso, entendendo que tudo que é produzido na – e pela – mídia local perpassa determinadas condições de produção e emergência, inseridas em um jogo de forças e relações de poder, presentes no contexto de sua materialização.

Uma das peculiaridades deste rural (além das distâncias geográficas já referidas) concerne justamente ao trabalho, na atividade e na forma de organização. Geralmente o



trabalho que aparece vinculado ao campo é aquele que gira em torno da propriedade rural, como a agricultura, a pecuária e seus derivados. A própria legislação brasileira, através da Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, em seu artigo 4º, define o imóvel rural enquanto área de qualquer localização na cidade, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial (BRASIL, 1964).

A visibilidade do fator trabalho é também atravessada pelo modelo econômico capitalista, já que aparecem, dentre outras, a agricultura e pecuária enquanto atividades geradoras de valor mercadológico (de compra, venda e/ou troca). As atividades domésticas, por sua vez, não aparecem enquanto forma de trabalho, na medida em que possuem um valor de uso. E são essas atividades que aparecem, no jornal e nas minhas vivências no interior, mais vinculadas às mulheres (conforme será discutido posteriormente, no item 5.1). E, para além da (in)visibilidade das mulheres enquanto agricultoras/produtoras/colonas, a própria agricultura familiar, predominante no município de Sinimbu, acaba sendo pouco visibilizada, havendo ênfase em matérias como a citada anteriormente, sobre os “dias do campo”, inspirados na modernização e na inovação tecnológica do/no trabalho no meio rural.

Estas observações condizem com o que já afirmava Paulilo (2004). Segundo a socióloga, há uma dificuldade, tanto na Sociologia do trabalho, quanto nos movimentos feministas, em visibilizar a peculiaridade do contexto da agricultura familiar, ainda muito presente no espaço rural, bem como o “esquecimento” do campo nos estudos científicos. Afinal, por forte influência do marxismo (que toma o capitalismo e o modelo urbanista-industrial enquanto referência de estudos), acabou-se por visibilizar este contexto, “esquecendo-se” do espaço do campo. Ela discute que não há como simplesmente “encaixar” os trabalhadores camponeses, especialmente as mulheres, na lógica do trabalho urbano-industrial individualizado, pois falamos de contextos de vida e trabalho distintos.

Importante destacar que o termo “camponês(a)”, neste estudo, é tomado para representar o(a) agricultor(a) que trabalha com mão de obra familiar, configurando pequenos e médios proprietários e produtores para a região em que vivem, semelhante à realidade do município de Sinimbu. A socióloga nos aponta, então, para a necessidade de consolidarmos conhecimentos que sejam úteis às mulheres camponesas, e ao próprio trabalho familiar, que, segundo ela, vem sendo esquecidos enquanto categoria de análise (PAULILO, 2004). E é neste sentido que vem esse trabalho, visando investigar os discursos que circulam na mídia local acerca das mulheres, inseridas no meio rural, em um contexto majoritário de agricultura familiar. Assim, mesmo que, de forma geral, as nomenclaturas enfatizem, linguisticamente, um sujeito masculino, penso que os enunciados falam também das mulheres.

Dessa forma, cabe destacar, em primeiro lugar, a visibilidade que é dada pela Tribuna Popular ao trabalho rural, bem como ao trabalhador, enquanto sujeito econômico, que produz riquezas para o município. Exemplo desta importância são as publicações acerca do Dia do Colono e Motorista e do Dia do Trabalho. Pode-se pensar que temáticas que ganham tanto destaque nas páginas do jornal, merecendo inclusive cadernos especiais vinculados às datas, também são marcadores importantes nas práticas sociais.

O Dia do Colono, celebrado em 25 de julho, foi instituído no Brasil através da Lei Federal nº 5.496, de 1968. Marca, no Rio Grande do Sul, a data de chegada dos primeiros imigrantes alemães, no ano de 1824, na então colônia de São Leopoldo, atual cidade de São Leopoldo (WEBER, 2013). No mesmo ano também é elaborado o Decreto nº 63.461, instituindo a mesma data (25 de julho) para comemorar o Dia do Motorista. A escolha da data estaria relacionada ao dia de São Cristóvão, santo católico tido como padroeiro dos motoristas (SCHAUMLOEFFEL, 2016).

Importante observar que a origem das datas comemorativas remete ao discurso religioso (no caso da categoria dos motoristas) e à chegada dos imigrantes alemães no RS (no caso do colono). Então é observada no jornal analisado uma estreita relação entre o colono, genericamente tomado como sinônimo do trabalhador do campo, em referência aos colonizadores alemães. Estes marcadores (religião e tradição germânica) aparecem em diversos momentos nas publicações jornalísticas, estando presentes, por exemplo, nos encontros e festividades das mulheres rurais. E

à medida que se festeja o 25 de Julho é delimitado quem pode festejar e de que forma a data deve ser comemorada. É na festa em ruídos, ou seja, nos festejos propriamente ditos, e nos discursos, por ocasião da passagem da data, que se pode ver mais especificamente a demarcação destes limites étnicos (WEBER, 2013, p. 3)

Isso se confirma nas festividades visibilizadas pela Tribuna Popular, na medida em que há presença maciça de pessoas brancas, geralmente de idade mais avançada. Isso leva a questionar se há um limite étnico de quem pode participar destes festejos, ou se o jornal dá visibilidade apenas a um recorte populacional específico. Mas, de qualquer forma, pode-se compreender uma marcação identitária, referente à colonização germânica, presente nas práticas sociais do município de Sinimbu.

Há, então, uma aproximação entre as datas comemorativas de Dia do Trabalho e Dia do Colono, e mais ainda entre os modos como ser colono e/ou trabalhador são constituídos discursivamente através das publicações da Tribuna Popular. Eventos comemorativos como desfiles, festas e encontros de sociedades voltados para as datas são frequentemente

enunciados pelo jornal local. Geralmente são eventos que valorizam e homenageiam a figura do trabalhador e/ou do colono, enquanto alguém que realiza um trabalho pesado, “duro” e produtivo. Na edição de 30 de abril de 2015, no Caderno Especial – Dia do Trabalhador, há duas homenagens, que dizem o seguinte:

Nossa gente trabalha. E trabalha duro. Nada mais justo que homenageá-los e valorizá-los sempre! (*TRIBUNA POPULAR*, 30 abr 2015, p. 1).

Nossa homenagem a todos aqueles que, dia após dia, produzem, trabalham, geram renda e riquezas e ajudam na construção deste município. (*TRIBUNA POPULAR*, 30 abr 2015, p. 8).

A primeira nota consiste em uma homenagem feita por uma empresa local, do ramo agrícola do município, e traz ao fundo a imagem de uma pessoa (de costas), carregando uma enxada – ferramenta de trabalho utilizada nas atividades agrícolas – no ombro. A segunda é feita por um posto de combustíveis, homenageando todos os trabalhadores. Ao fundo aparece um trabalhador, em meio a uma lavoura de fumo, carregando um feixe de tabaco nas costas. Ambas publicações remetem, assim, aos fumicultores e fumicultoras, ou aos colonos, que “trabalham duro” e “geram renda e riquezas”, além de ajudar “na construção deste município”.

Além destes, há outros indicativos que falam sobre a aproximação entre as datas/profissões, articulando também a profissão dos motoristas, o que, de certa forma, também aproxima o meio dito urbano do rural. Na edição de 24 de julho de 2015, no Caderno Especial – Dia do Colono e Motorista, há as seguintes homenagens:

Seja com sol ou com chuva, em meio às dificuldades ou com muito sucesso. Colonos e motoristas trabalham todos os dias gerando o progresso e o desenvolvimento da nossa região (*TRIBUNA POPULAR*, 24 jul 2015, p. 1 - capa).

Juntos, eles movimentam a economia e alimentam o país. Um produz, o outro transporta. Os dois profissionais superam desafios, trabalham unidos em torno do mesmo objetivo: levar alimento e qualidade de vida a milhões de brasileiros (*TRIBUNA POPULAR*, 24 jul 2015, p. 5).

Você, que é da terra, você que é da roça, você que é do campo, orgulhe-se da profissão que abraçou, pois tenha certeza que produzir alimentos é a mais importante atividade que o homem possa se apegar (*TRIBUNA POPULAR*, 24 jul 2015, p. 8).

Dos recortes acima, o primeiro trecho aparece na capa do Caderno Especial do Dia do Colono e Motorista (*TRIBUNA POPULAR*, 24 jul 2015), se destacando sob uma foto que apresenta uma realidade comum para o município e diz sobre a intersecção entre o urbano e o rural. Na imagem, uma carroça de bois, carregada de pasto, com duas pessoas conduzindo,

trafega por uma estrada asfaltada, pertencente ao perímetro urbano da cidade. Isso representa uma mescla de paisagens que poderiam ser ditas enquanto realidades de dois meios distintos (o urbano e o rural), mas que, nas vivências, se interseccionam. E, para além da “divisão” do espaço físico, os dois trechos seguintes, de outra forma, dizibilizam as relações estabelecidas entre os dois meios e, especialmente, entre as duas profissões homenageadas.

“Um produz, o outro transporta. Os dois profissionais superam desafios, trabalham unidos em torno do mesmo objetivo: levar alimento e qualidade de vida a milhões de brasileiros”. “Produzir alimentos é a mais importante atividade que o homem possa se apegar”. Por meio destes recortes, veiculados através de uma empresa fumageira e de uma cooperativa de crédito, percebe-se uma valorização da produção de alimentos no campo (que abastecem também as cidades). Então, para além da fumicultura, também é visibilizada a produção de alimentos.

Através desses recortes, percebe-se, então, uma valorização do trabalho rural (especialmente no que tange a fumicultura e a produção de alimentos) enquanto atividades econômicas. Pois, conforme o primeiro trecho recortado do jornal, as atividades geram o “progresso e o desenvolvimento da nossa região”. Isso demonstra a emergência deste discurso de valorização do trabalho dos colonos e dos motoristas a partir do modo capitalista de produção. Ou seja, estas visibilidades são produzidas em torno de atividades que geram capital, sendo vistas e faladas por meio de algum setor econômico (da indústria fumageira, de serviços, da cooperativa de crédito, etc.).

No mesmo sentido, aparecem nas páginas do jornal local homenagens a uma data comemorativa Estadual: o Dia do Produtor de Tabaco. O dia 28 de outubro é instituído pela Lei 14.208/2013 e atende a solicitação de entidades do setor, como a Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra, a Federação dos Trabalhadores Rurais - Fetag/RS e a Federação da Agricultura – Farsul. Tem o objetivo de respaldar e valorizar o trabalho do produtor de fumo, demonstrando o quanto o tabaco é importante (econômica e politicamente) em nosso Estado (FETAG/RS, s/d). Reforçando o que está sendo afirmado aqui, há uma homenagem, de uma empresa do ramo agrícola do município de Sinimbu, que diz o seguinte:

28 de outubro – Dia do Produtor de Tabaco. Gente trabalhadora que, com muito esforço e dedicação, contribui para a geração de emprego, renda e fortalece a economia da nossa terra. Parabéns produtores! (TRIBUNA POPULAR, 30 out. 2015, p. 6).

Aqui, cabe fazer referência às fumageiras da região, bem como sua inferência sobre o trabalho, inclusive na produção familiar de municípios como o de Sinimbu. Assim como as

fumageiras aparecem no jornal, com o poder de falar/homenagear os trabalhadores rurais, também são responsáveis pela expropriação de seu trabalho. O agronegócio, enquanto um conjunto de relações que inclui não só a agricultura, mas também a indústria e os serviços, é responsável pela formação de oligopólios no setor, que movimentam altos valores financeiros. “Assim, poucos têm poder sobre as grandes companhias que agem nos setores de produção e comercialização de máquinas e insumos agrícolas” (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012).

Os autores supracitados afirmam que, no caso brasileiro, as exportações de tabaco assumem um papel importante, tornando o país maior exportador mundial e segundo maior produtor do tabaco. E, mesmo que o(a) agricultor(a) familiar esteja inserido neste processo, permanece subordinado e distante dos lucros do capital. Isso porque as fumageiras multinacionais regulam todo o processo de produção do tabaco, desde a semeadura e o plantio, até a cura e a comercialização.

Assim, por um lado, os agricultores familiares podem estar inseridos neste campo de forças, representando um elo da cadeia produtiva. Mas por outro, as relações de poder são desiguais, tornando os trabalhadores rurais subordinados - e dependentes - deste sistema. Dependência vista “na escolha do que produzir, como produzir, para quem e quando comercializar a produção. Por fim, agricultura familiar e agronegócio são sistemas diferenciados; no entanto, são componentes de um mesmo território, pois ambos atuam no rural brasileiro” (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012, p. 11-12).

#### **4.2 Mulheres motoristas: deslocamentos possíveis?**

Para além das discussões acerca da agricultura, especialmente da produção de tabaco, houveram duas matérias que se destacaram durante a análise dos jornais. Também veiculadas no Caderno Especial do Dia do Colono e Motorista, dão visibilidade à função de motorista entre as mulheres. Nesta edição, são contadas as histórias de vida de duas mulheres, moradoras, nascidas e/ou trabalhadoras de zonas rurais, que assumem profissões não esperadas para elas. Uma delas trabalha como taxista, outra como caminhoneira. A primeira, em entrevista ao jornal, afirmou ser a única mulher taxista do município. Relata que o pai era quem dirigia o táxi, mas quando fez sua habilitação, assumiu a função, deixando que o pai se dedicasse à sua profissão (ferreiro). “Mesmo que alguns me discriminam dou a volta por cima”, conta. (TRIBUNA POPULAR, 24 jul. 2015, p. 11).

A mulher caminhoneira, por sua vez, também relata obstáculos no trabalho, como a dificuldade de acesso à algumas propriedades rurais e estradas em más condições, condizentes

com a realidade da espacialidade rural que descrevia no início do capítulo anterior. Além disso, também refere preconceitos sofridos e afirma que, mesmo com esta profissão (assumida inicialmente por necessidades financeiras), não está eximida das tarefas domésticas, conforme evidencia o trecho que segue:

Há cerca de 10 anos no ramo, [mulher]<sup>3</sup> mostra que é possível sobreviver entre os obstáculos. “Minha vida não é fácil. *Além de ter que recolher o leite nas propriedades diariamente, sou mãe, esposa e dona de casa*”, avalia. “É uma aventura diária. *Tem várias dificuldades, como difícil acesso a algumas propriedades e estradas em más condições*”, observa. A vida de S. nas estradas surgiu da necessidade de ajudar no orçamento da casa. “Antes meu marido atuava no ramo, mas ele não quis mais e eu abracei a causa. Dessa rotina diária, surgiu a paixão pela profissão e desde então não parei mais. *No início era comum perceber as expressões de surpresa da população ao ver uma mulher no comando de um veículo que, geralmente, é conduzido por homens*”, relata, frisando que sofre a discriminação até os dias atuais (TRIBUNA POPULAR, 24 jul 2015, p. 4).

Esse estranhamento causado pelas mulheres motoristas, relatado por ambas em entrevista ao jornal local, decorrem de determinadas construções sociais. Construções que atribuíam características e, conseqüentemente, papéis e profissões distintas a homens e mulheres. Partem de um discurso sexista, no qual as mulheres estariam “destinadas” às atividades domésticas e os homens aos espaços públicos - como pode ser considerada a função de motorista. A conciliação do trabalho na esfera produtiva e reprodutiva, no entanto, “mantém-se tão presente que, entre os critérios das possíveis escolhas de ramo, turno e jornada de trabalho, estão aqueles que permitem a conciliação com o cuidado da casa e dos filhos” (SIQUEIRA, 2002, p. 24), de forma semelhante à condição da caminhoneira, que também se auto define enquanto mãe, esposa e dona de casa.

Conforme a entrevista para a Tribuna Popular evidenciam-se também algumas características tomadas como tipicamente femininas, como se estas fossem inerentes à natureza feminina:

A caminhoneira se considera boa no volante. “Considero-me uma boa motorista, graças a Deus nunca sofri acidentes graves. *Muitos homens tem preconceito e dizem que mulher é perigo no volante, mas a mulher é mais cuidadosa, tem mais cautela, mais paciência.* (TRIBUNA POPULAR, 24 jul 2015, p. 5).

Estas características, tomadas como tipicamente femininas (cuidado, cautela, paciência), além da atribuição das atividades domésticas às mulheres, derivam também de construções históricas e sociais. Trata-se, para além de papéis e funções de homens e mulheres, de atravessamentos das instituições, símbolos, normas, leis, conhecimentos e

<sup>3</sup> O nome está suprimido, mantendo o compromisso ético assumido pela não-identificação de sujeitos nessa pesquisa, sendo substituído apenas pelo gênero/sexo, marcador importante para esta discussão.

políticas de uma sociedade, perpassadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino, conforme concepção de autoras feministas pós-estruturalistas (SCOTT, 1995; LOURO, 1999; COLLING, 2004; FONSECA, 2008). Nesse contexto, gênero aponta

para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo (MEYER, 2013, p. 18).

Isso leva a pensar que não há lugares definidos natural ou essencialmente, mas que, isto sim, há posições assumidas em determinados momentos, condizentes com o contexto no qual se vive, e pelos discursos pelos quais se é atravessado. Beauvoir (1983) já dizia que ninguém nasce, mas se torna mulher. Não há um determinismo biológico, psíquico ou econômico que a defina como tal, mas uma construção, que acaba investindo de poder uma identidade em relação à outra. E, a partir destes recortes, pode-se dizer que ambas mulheres assumem, pela ótica do jornal, posições diferenciadas dentro de um lugar esperado socialmente para elas ao seguirem a profissão de motoristas.

Há um movimento, uma tentativa de produção de novos “lugares sociais”. No entanto, é importante observar o momento em que essa possibilidade aparece, qual seja, em um caderno especial, onde a temática é justamente homenagear colonos e motoristas. Então, pode-se pensar nesta veiculação enquanto produção de novos significados, a partir de uma realidade existente, já que

os novos significados não se constroem sobre uma folha de papel branco e sim devem disputar espaços na pluralidade de significações. Este confronto tem duas características a serem observadas: a primeira é a capacidade de o discurso criar novos sujeitos; a segunda refere-se à transformação do próprio discurso pela criação de novos sujeitos (PINTO, 1989, p. 41).

Nesse sentido, percebe-se certa mudança discursiva quanto ao “espaço das mulheres” nas páginas do jornal do município, tendo em vista, no entanto, que se trata de uma época específica do ano e do mês (feriado do colono e motorista). Então, o discurso da mulher rural que assume novas/outras posicionalidades, necessita de uma espécie de confirmação nas práticas sociais, o que não é possível apreender neste momento, pois não se tem a proposta de ir a campo, investigar a forma como estes discursos repercutem no meio social. Mas, pensando que os sujeitos sociais não são causa – ou origem – do discurso, mas antes efeitos discursivos (PINTO, 1989), pode-se pensar que possivelmente o discurso jornalístico seja capaz de produzir certos deslocamentos nas práticas sociais.

Por fim, cabe ressaltar que, de forma geral, as 56 edições do jornal analisadas, não conseguem produzir uma ruptura de determinados discursos sociais, como a associação da figura feminina ao espaço doméstico, ou da posição de quem ajuda ao marido e/ou exerce o cuidado da família. Para tanto, serão problematizadas algumas questões recorrentes nas páginas do jornal, acerca da posse de terras e da divisão sexual do trabalho, que perpassam a vida das mulheres rurais.

## **5 ENTRE A POSSE E A PRODUÇÃO: PERCURSOS E PERCALÇOS POSSÍVEIS**

Após discutir sobre o avanço do modo capitalista de produção sobre a agricultura familiar/campesinato, em tensão ao agronegócio (item 4), será discutida uma questão que se aproxima dessas discussões: a posse de terras. Não há como discuti-las separadamente, à medida em que se aproximam, enquanto constituintes de uma mesma formação discursiva, que trata do sistema social/produtivo/econômico.

Historicamente, sabe-se que a luta pela terra, ou a permanência nela, constitui uma das bandeiras dos movimentos sociais camponeses no Brasil, justificada pelo direito universal ao trabalho. A concentração de terra e os consequentes privilégios e poder político de poucos estão na base dos conflitos no campo em nosso país, “inclusive porque a resistência da população a este processo de concentração, expropriação e exclusão vem desde tempos coloniais, mantendo-se até os dias atuais” (SAUER, 2016, p. 45).

Temáticas referentes aos direitos aparecem em diversos encontros de produtores(as)/trabalhadores(as) rurais que acontecem em Sinimbu e em municípios próximos. São trazidas à tona questões acerca dos direitos e conquistas da categoria, como o acesso à previdência social/aposentadoria rural, à terra, à moradia, à educação e a valorização do trabalho no campo. Discussões estas que perpassam o direito à propriedade/posse de terras e o modo de produção agrícola. Os assuntos estão presentes inclusive nos encontros alusivos



ao Dia da Mulher, comemorados na região, o que indica o quanto são questões que atravessam também a vida e os processos de subjetivação das mulheres.

Estes encontros/eventos comemorativos, especialmente nos meses de março de 2015 e março de 2016 ganham bastante destaque nas produções da Tribuna Popular. No decorrer deste estudo foram localizadas pelo menos 6 (seis) matérias acerca dos encontros relacionados a esta data e a mobilizações de mulheres trabalhadoras rurais (nas edições de 06 e 13 de março de 2015 e 04 e 11 de março de 2016). Diversas lutas/encontros são acompanhadas por órgãos de apoio aos trabalhadores(as), como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do município. Estes órgãos aparecem nas páginas do jornal em diversos momentos, enquanto apoiadores e/ou organizadores dos eventos e encontros para trabalhadores(as) rurais que acontecem no município e na região. Isso demonstra a intersectorialidade presente nas discussões acerca da realidade do trabalho e da vida no campo.

Segundo Sauer (2016), social e historicamente um dos dificultadores do processo da reforma agrária no Brasil foi a Lei de Terras (de 1850), que restringiu o acesso dos pobres livres às terras, ao ponto em que limitava a aquisição à compra, gerando um regime de propriedades desigual, onde imigrantes e escravos libertos passaram a trabalhar para os grandes proprietários. Nesse sentido, o regime de produção predominante foi, ao longo do século XX, o monocultivo, realizado em grandes latifúndios (vastas extensões de terra pertencentes a um mesmo proprietário). Assim, nos primeiros séculos do Brasil

a vida acontece basicamente nos latifúndios, permeados pelas relações senhoriais. A noção de direito coletivo, cidadania ou qualquer situação dessa ordem, era uma discussão inexistente, que dirá a compreensão moderna de acesso a direitos básicos entre eles a educação (COSTA, 2012, p. 22)

Essa forma de organização gera resistências e mobilizações, como as visibilizadas na Tribuna Popular, em torno da garantia e da manutenção dos direitos, como é o caso da reforma agrária/distribuição de terras, que passam por diversas dificuldades no Brasil. Exemplo delas é o período de ditadura militar, especialmente quando, na década de 1960, se cria o Estatuto da Terra (1964 – 1985). O programa é criado para atender às demandas por terra e reforma agrária. Porém, acaba utilizando a repressão para conter as mobilizações sociais, além de capitalizar, através de financiamentos, os grandes proprietários. Isso possibilitou investimentos em máquinas e insumos modernos para monocultivos extensivos, pertencentes ao sistema de agronegócios, favorecendo a perpetuação do poder e a manutenção da concentração fundiária (SAUER, 2016).

Assim, a reforma agrária se manterá enquanto pauta para o processo de redemocratização do país, tendo no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), um avanço importante. Neste momento, a luta pela terra e as mobilizações no campo deixam de ser criminalizadas, passando a constituir objeto de luta política e social. Ocorreu então a regularização de posse de terras e o assentamento de milhares de famílias.

No primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2010-2014), no entanto, houve uma redução na execução de políticas agrárias e projetos de assentamentos, voltando-se novamente os investimentos para a modernização econômico-industrial. Isso evidencia, novamente, uma hegemonia do agronegócio sobre as formas de produção/organização familiar, o que leva a reflexão proposta por Fernandes (2016). O geógrafo afirma que não se deve tomar o agronegócio (enquanto modo comercial, industrial e/ou tecnológico de desenvolvimento da agricultura) como único modelo de produção possível. Propõe que se possa considerar outras possibilidades de produção e formas de organização do trabalho, como é o caso do campesinato. Ou seja, sugere que não tomemos a agricultura familiar como residual ao modelo hegemônico do agronegócio, mas como um modelo contra hegemônico de desenvolvimento da agricultura, diferente deste, que valoriza aspectos manuais e familiares da produção agrícola.

Esse tensionamento (entre agronegócio e campesinato/agricultura familiar) aparece na Tribuna Popular através de entrevista realizada com um agricultor, em matéria sobre uma família que cultiva tabaco há três gerações. Ele afirma que gosta de trabalhar na agricultura, mas que “sempre existe a vontade de sair para procurar coisas novas” (Tribuna Popular, 18 mar. 2016, p. 9). Sobre as inovações disponíveis no mercado para o trabalho no campo, afirma que

muitas das tecnologias são aproveitadas, como a tecedeira. Porém, muitas só servem para quem planta em grandes quantidades e para produtores que possuem terras mais planas (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

A fala anterior evidencia o quanto a realidade do município de Sinimbu está pautada sob a agricultura familiar/campesinato por motivo de escolha, mas também pelas condições geográficas, que não permitem o uso de tecnologias mais avançadas, como tratores e implementos agrícolas. Karnopp e Oliveira (2012) corroboram, afirmando que

No cenário nacional, a produção de tabaco é, em sua maioria, desenvolvida por agricultores familiares que adotaram esta cultura, principalmente por ela não necessitar de um longo prazo de maturação, não exigir mecanização e ainda

demandar apenas uma fração de terras da propriedade (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012, p. 11).

Isso pode representar uma experiência diferente do agronegócio e da estrutura econômico-social a ele associada. Pois, conforme a entrevista, o trabalho nesse contexto ainda é realizado de forma manual, com a utilização da mão-de-obra familiar, a partir de aprendizados passados de forma transgeracional e uso de poucas tecnologias.

A tecedeira, por exemplo, apenas auxilia no processo de costurar o fumo verde, antes de levá-lo para a secagem nas estufas. O processo de costurar acaba sendo manual, no sentido de que os trabalhadores dispõem o tabaco sobre a tecedeira, conforme seu ritmo e tempo de trabalho, sendo que esta apenas realiza o processo de costura. Assim, essa tecnologia, apesar de diminuir a produtividade em relação a opções mais avançadas, não torna o agricultor um apêndice da máquina, o que frequentemente acontece no agronegócio, com a utilização de maquinários mais modernos. Porém, a relação é muito tênue, na medida em que, mesmo delimitando seu tempo neste momento, a comercialização do tabaco, por exemplo, está vinculada às grandes empresas fumageiras multinacionais, o que não exime o(a) agricultor(a) familiar dos atravessamentos do modelo de funcionamento do agronegócio.

Ou seja, há um fator comum em ambos modos de produção da agricultura familiar, voltada para a produção do tabaco, e o agronegócio, decorrente do discurso do capital e do desenvolvimento econômico. Pois, mesmo partindo de modelos distintos de produção e organização do trabalho, o retorno financeiro-mercantil acaba se tornando objetivo final da produção. Além dos enunciados já discutidos acerca da utilização da mão-de-obra familiar como fator de produtividade (vide item 4), a Tribuna Popular traz outras matérias, também vinculadas às mulheres. Na edição do dia 06 de março de 2015, em caderno especial referente ao Dia da Mulher, por exemplo, é feita menção ao primeiro pronunciamento de 2015 da presidenta Dilma em rede nacional. Na oportunidade, Dilma afirma que a mulher é “a nova força que move o Brasil”.

No discurso, a presidenta destaca o papel das brasileiras na economia do país. Também reforça a participação feminina em políticas de governo. Nesse sentido, reforça-se, através do discurso presidencial, a importância feminina na economia, inserindo também as mulheres na lógica do capital presente (e dominante) em nossa sociedade. Na mesma página do jornal, também há diversos anúncios publicitários e homenagens. Dentre eles, há uma homenagem do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, “à todas as mulheres, em especial, as trabalhadoras rurais” (TRIBUNA POPULAR, 06 mar. 2015, p. 10).

A organização do jornal, neste sentido, acaba aproximando a fala presidencial, direcionada a todas as mulheres, do contexto no qual o jornal se inscreve, homenageando em especial as trabalhadoras rurais. Demais matérias deste caderno especial relembram o histórico de lutas feministas, e convidam para eventos como o 20º Encontro Regional de Mulheres, organizado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Vale do Rio Pardo. O evento ocorre tendo em vista a “importância de disseminar informações sobre a condição feminina e sua luta” (TRIBUNA POPULAR, 06 mar. 2015, p. 10).

Cabe ressaltar, no entanto, que estes enunciados acerca das lutas, dos direitos e da valorização do trabalho das mulheres são falados em determinados períodos, como ocorre durante o mês de março, no qual comemora-se internacionalmente o Dia da Mulher. Isso leva a pensar, conforme já referido, na *interdição* dos discursos (FOUCAULT, 1996), pois não se tem o direito de falar de tudo, em qualquer circunstância. E da mesma forma, qualquer um não pode falar de qualquer assunto, em qualquer lugar. Assim são visibilizadas, neste mês, as mobilizações de mulheres, mas isso não se repete ao longo do ano. A própria questão da posse de terras, importante fator para o trabalho rural e o acesso dos trabalhadores e das trabalhadoras aos seus direitos, acaba sendo associada à figura masculina.

Segundo os enunciados da Tribuna Popular, as propriedades pertencem majoritariamente aos homens, já que, em todas as matérias lidas sobre o trabalho no campo, o homem/pai da família é dizibilizado como “proprietário” das terras. Enquanto isso, a mulher acaba sendo vista/falada enquanto sua esposa. Isso pode ser um indicativo de que “a reforma agrária não está superada, ela permanece atual, inclusive porque não foi realizada de modo suficiente para democratizar o acesso à terra, ao trabalho, aos alimentos etc.” (FERNANDES, 2016, p. 41).

Especificamente em relação às mulheres, o direito formal à terra foi conquistado a partir da Constituição de 1988, onde é afirmada a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Também se afirma o direito a igualdade no acesso, título e concessão de propriedades e/ou imóveis – sejam urbanos ou rurais - a ambos sexos (BRASIL, 1988). Mas isso ainda não ocorre efetivamente. Afinal, “a igualdade formal não levou a um aumento da parcela de mulheres beneficiárias da reforma agrária até o final da década de 1990” (DI SABBATO et. al., 2009, p. 142).

O censo agropecuário de 2006 confirma esse discurso, apontando que haviam, no município de Sinimbu, um total de 1.501 estabelecimentos agropecuários. Destes, apenas 128 pertenciam à mulheres, enquanto os demais 1.373 tinham enquanto proprietários produtores do sexo masculino. Além disso, a posse das terras, quando se trata de outras condições, como

de assentamentos rurais sem legalização ou de produtores arrendatários, além de aparecer em menor quantidade, seguem a mesma lógica, pertencendo majoritariamente aos homens (IBGE, 2006).

Também evidencia-se nas páginas do jornal a organização familiar a partir de um modelo hegemônico, de uma família nuclear tradicional, de modelo burguês. Esta forma de organização familiar atravessa o direito à posse de terras, na medida em que

o trabalho nas unidades de produção familiar é organizado a partir da família, obedecendo a critérios de divisão do trabalho entre os membros do grupo, segundo sexo e idade. São as relações patriarcais de poder que orientam essa divisão do trabalho; o poder do pai, proprietário da terra se estende para a vida pessoal dos filhos, determinando a sucessão e a transmissão da posse da terra para um dos filhos homens; os demais filhos e, sobretudo, as filhas não têm vez nesse processo (DI SABBATO et. al., 2009, p.141).

Da mesma forma, já discutia Paulilo (2004), afirmando que o acesso à terra ainda se faz quase exclusivamente pela via do casamento, o que implica, para as mulheres, restrições quanto à posse de terras/propriedades rurais. Este ainda pode ser um fator presente na realidade das mulheres trabalhadoras rurais do município da pesquisa, à medida em que passam a ser discursivadas pelo próprio jornal local enquanto as “esposas” dos produtores (questão que será aprofundada adiante).

Nesse sentido, para além da questão da posse de terras, que segue enquanto discussão atual, também se faz necessário problematizar o discurso da família nuclear tradicional, que acaba perpassando as formas de organização social, onde se perpetua também uma lógica de divisão sexual das atividades laborativas.

### **5.1 Interfaces da agricultura familiar: O modelo tradicional da família nuclear e a divisão sexual do trabalho**

Em [localidade do interior do município]<sup>4</sup>, [homem 1], de 43 anos, está na reta final da colheita. “Plantamos 35 mil pés de fumo este ano. Já colhemos cerca de 30 mil pés. Quase toda safra está em casa”, revela. Ao lado da esposa, ele conta que a safra foi plantada e está sendo colhida com a ajuda da família. [...] O agricultor conta que ainda não possui produto pronto para a venda, mas que assim que encerrar a colheita, começará a preparar o fumo seco para a comercialização (TRIBUNA POPULAR, 15 jan. 2016, p.3).

---

<sup>4</sup> É citada no jornal o nome da localidade, suprimido aqui para evitar a identificação dos sujeitos. Da mesma forma, o nome das pessoas será substituído apenas pelo sexo dos sujeitos, que se faz necessário para as discussões.

Na propriedade de [homem 2], o trabalho é feito por ele, a esposa e o filho. Os três plantam, mantêm e colhem o fumo. Apesar das tecnologias cada vez mais presentes, por lá o trabalho ainda é feito de forma braçal, sem tratores. “Temos poucas terras e por isso não vale a pena ter um trator. Trabalhamos como antigamente, com a carroça e os bois”, revela. Este ano, junto com a esposa e o filho, L. completa 29 anos trabalhando no cultivo do tabaco. “Estamos seguindo a profissão dos meus pais”, salienta o agricultor, reforçando o clichê que cultivar o tabaco é uma fonte de renda e a continuidade da tradição (TRIBUNA POPULAR, 30 out. 2015, p.7).

Através destes recortes do jornal evidenciam-se algumas questões já discutidas anteriormente, como o discurso de que a propriedade rural pertence majoritariamente aos homens, que detêm a posse de terras. A fumicultura também é dita enquanto melhor possibilidade econômica, além do trabalho ser feito de forma manual, já que o plantio do fumo ocorre em pequenas propriedades. À figura masculina também é “dado” o poder de falar. Afinal, nestas – e também em diversas outras entrevistas e matérias que falam sobre a agricultura, são eles os entrevistados, tendo o direito de falar quando se trata do assunto trabalho (na lavoura), mesmo que as mulheres também exerçam estas atividades laborais. As mulheres, por sua vez, são ditas enquanto as “esposas” dos agricultores.

A família que o jornal visibiliza nestas – e em diversas outras reportagens/notícias e/ou fotografias – é a família tradicional, constituída de modelo nuclear burguês. O pai, neste caso é dizibilizado como o provedor (o agricultor/o produtor) e a mulher é vista enquanto sua esposa e ajudante das atividades na lavoura. Também são citados os filhos, para quem são repassadas as tradições de família, inclusive no que se refere ao trabalho, como ilustra o enunciado a seguir, que fala sobre uma família de três gerações trabalhando na agricultura familiar:

Cada produtor conta uma história diferente, e muitos seguem os costumes e profissões dos familiares. [...] Os ensinamentos passados de geração para geração colaboram para o desenvolvimento e a sustentabilidade do seu negócio (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

Adiante, na mesma matéria, há uma foto dos avós. O casal está sentado, trabalhando no tabaco já seco (fazendo manocas, para posterior enfardamento e comercialização). A legenda da foto fala que (homem 3) e (mulher1)<sup>5</sup> passaram para a filha a tradição. Outra foto, na sequência, traz a filha, acompanhado do marido e do filho, também trabalhando no fumo. A legenda desta imagem afirma que o neto (terceira geração da família) “já pensa diferente dos pais, mas ajuda com seus conceitos e aprendizados no cultivo do tabaco” (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

---

<sup>5</sup> Novamente, há supressão dos nomes, para evitar a identificação dos sujeitos.

Em outro momento, em um caderno especial de Dia do Trabalhador, é contada a história de um casal do interior que optou pela agricultura “por amor”. “Rodeados por animais, lavouras e implementos agrícolas, o casal (homem 4) e (mulher 2) pretendem continuar neste ramo” (TRIBUNA POPULAR, 30 abr. 2015, p. 6). Segundo a agricultora, o trabalho é fruto de

ensinamentos que recebemos de nossos pais. Eu e meu marido estudamos apenas até a quarta série, na época. E depois quando nosso filho tiver idade suficiente para trabalhar iremos passar nossos aprendizados para ele, é claro, se ele tiver interesse (TRIBUNA POPULAR, 30 abr. 2015, p. 6).

Aqui se faz presente a questão da baixa escolaridade das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, além de evidenciar-se que o trabalho que utiliza mão-de-obra familiar assume posição central na organização produtiva nesta propriedade – como ocorre de forma geral no município, e também no Rio Grande do Sul. Conforme censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar era a maior geradora de renda no meio rural, absorvendo 76,9% dos trabalhadores no ano da pesquisa. No Sul, por sua vez, a agricultura familiar corresponde ao modo de produção/trabalho de 91% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2006). Mas, conforme a reportagem, também se conta com ideias e aprendizados novos, que visam o aprimoramento da produtividade e da lucratividade, novamente em consonância com o discurso capitalista moderno.

Diante desta forma de trabalho e organização familiar, há evidências de um discurso patriarcal, que vem se alterando com o passar dos anos, mas ainda mantém resquícios, especialmente na realidade das famílias “tradicionais” do município de Sinimbu. Tomando-se o homem como provedor, e atribuindo-lhe o papel do produtor/agricultor, associa-se a ele o discurso do capital, da produção. Já para a mulher estão postas as atividades de “ajuda” na lavoura, bem como as domésticas, voltadas para o autoconsumo da família, além do cuidado dos filhos (que é percebido, por exemplo, quando em imagens de famílias do interior com crianças, os(as) filhos(as) aparecem sempre no colo das mulheres, ou próximo delas).

Estas tem sido algumas das principais discussões feministas, sabendo-se que ainda há perpetuação de uma divisão sexual do trabalho, que se (re)produz socialmente, inclusive através dos discursos midiáticos. Conforme Di Sabbato et. al. (2009),

Diante da magnitude da ocupação feminina no autoconsumo e em atividades não remuneradas, não se pode estranhar a reiterada focalização das análises feministas nesses segmentos, ressaltando a sua invisibilidade como trabalhadoras, estatuto que costuma ser encoberto pela sua posição na família, como mãe ou filha. Como explica Novaes (2007, p. 158), “a problemática da invisibilidade do trabalho

feminino na agricultura familiar decorre da divisão sexual do trabalho no meio rural e está diretamente correlacionada à formação da identidade das mulheres”. Em outras palavras, a identidade das trabalhadoras rurais está centrada nos trabalhos domésticos, destinados à reprodução social do grupo familiar, que se sobrepõe ao papel de trabalhadora na esfera da produção. Elas são identificadas e se autoidentificam com o espaço doméstico, o que inclui trabalhos “no quintal”, como a plantação de hortas e o cuidado com pequenos animais, a elaboração de conservas e todo tipo de artesanato [Novaes, 2007; Santos, 2007] (DI SABBATO et. al., 2009, p. 140)

A masculinização e a feminização de tarefas são construídas e associadas, portanto, às representações sociais daquilo que se acredita ser “masculino” ou “feminino”. No Brasil, sob os moldes de um sistema de produção capitalista, baseado no patriarcado, ocorre a “separação” entre trabalhos de homens e trabalho de mulheres. Segundo Colling (2004), essa dicotomia marcou significativamente a história das mulheres, visto que o feminino, caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição, foi destinado à esfera privada (reprodutiva). Suas atividades incluíam basicamente os afazeres domésticos e o cuidado da prole. Enquanto o masculino, caracterizado como cultura, política, razão, justiça e poder, foi resignado à esfera pública (produtiva), ocupando funções “extra-lar”, envolvendo a ciência, a educação e o mercado de trabalho.

Esta divisão sexual do trabalho, reproduzida socialmente, é evidenciada nas publicações da Tribuna Popular em diversos momentos, permeados pelas práticas sociais. É vista, por exemplo, através dos cursos oferecidos para as mulheres do município. Dentre os quais se destacam os cursos sobre plantas medicinais (em uma localidade do interior do município) e sobre plantas ornamentadas (no centro), realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, em parceria com o CRAS e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (TRIBUNA POPULAR, 24 abr. 2015, p.8).

Além destes, o jornal também visibiliza a realização de um curso de panificação caseira para agricultoras. Novamente, resultado de uma parceria entre CRAS e SENAR, com o apoio da prefeitura municipal. Na avaliação do evento, em reportagem para o jornal, a monitora afirma que o “o curso é uma oportunidade para aprimorar a prática, a partir de conhecimentos que já trazem de casa” (TRIBUNA POPULAR, 31 jul. 2015, p. 5). No mesmo sentido, o prefeito afirma que as entidades

estão estimulando as agricultoras e pessoas que moram no interior a ter um conhecimento maior sobre a panificação, qualificando as atividades corriqueiras do seu dia-a-dia (TRIBUNA POPULAR, 31 jul. 2015, p. 5).



Ademais, também se tornam notícia no jornal os cursos de artesanato e confecção básica do vestuário feminino (oferecidos através de uma parceria entre o CRAS de Sinimbu e o SENAR). O objetivo destes cursos é a promoção de conhecimento, autoestima, valorização pessoal e de mão-de-obra. Conforme entrevista, uma das participantes do curso afirma que “todas as participantes aprovaram o curso e pedem para se repetir no ano que vem e que tenham mais cursos envolvendo costura” (TRIBUNA POPULAR, 27 mar. 2015, p. 4).

Percebe-se assim que, para além da reprodução de uma divisão sexual de trabalho, a proposta dos últimos cursos também adentra a questão da saúde mental das participantes, demonstrando uma preocupação um tanto discutida em outros momentos. Ainda acerca desta divisão de trabalho, que ecoa também nos cursos oferecidos para as mulheres rurais do município, pode-se dizer que

é a partir da diferença corporal feminina que se construiu a justificativa de diferenças de acesso ao espaço social. É por possuírem um útero, e pela capacidade reprodutiva, que às mulheres foram destinados o espaço doméstico, o cuidado dos filhos e da família. Por ser “natural”, ou seja, por supostamente não lhe custar esforço é que este trabalho não foi/é valorizado e remunerado. Antes, é visto como uma grande realização da “feminilidade” das mulheres. O discurso do “natural” encobre e desqualifica, portanto, este trabalho, pois “por natureza” as mulheres seriam doces, passivas, submissas, nutridoras e cuidadoras dos demais (ZANELLO, 2016, p. 234).

Nas produções da Tribuna Popular (especialmente em artigos de opinião, que trazem reflexões dos leitores), reforça-se essas características tidas como naturalmente femininas em diversos momentos. Por exemplo, quando se afirma que:

Uma sagrada existência és tu mãe-mulher  
O anjo de Deus  
Enviado para a Humanidade  
E para cuidar e amar os seus ([mulher], TRIBUNA POPULAR, 08 mai. 2016, p. 2).

A mulher é batalhadora, sensível, dedicada, e por mais que tudo aconteça com ela, a mulher sempre ergue a cabeça e segue em frente. Não é só esse dia que precisamos comemorar o Dia da Mulher e sim todos os dias ([mulher], TRIBUNA POPULAR, 11 mar. 2016 p. 2).

Ninguém neste planeta tem mais amor que uma mulher, porque ela doou o seu belíssimo corpo em prol da humanidade, que é tão massacrado e humilhado. [...] Mulher [...] saia às ruas nos encontros, reivindicando seus direitos (A.O. [homem], TRIBUNA POPULAR, 11 mar. 2016, p. 2).

Através dos recortes, é possível perceber a naturalização de determinadas características, como a maternidade, o cuidado, a sensibilidade e a delicadeza enquanto tipicamente femininas, inclusive através das falas das próprias mulheres. Mas também há

alguns deslocamentos possíveis, como o reconhecimento da importância da mulher cotidianamente e o incentivo de que elas se mobilizem, reivindicando seus direitos. Isso demonstra o quanto o discurso jornalístico é atravessado pelas práticas sociais, e vice-versa, evidenciando também o quanto as práticas sociais se constituem discursivamente. E o quanto estas (práticas sociais), tanto quanto os próprios discursos, não são estáticas. Já afirmava Fischer (2001), baseada nos estudos foucaultianos, que tudo é prática. E que

tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõe e as atualizam (FISCHER, 2001, p. 200).

Assim, evidenciam-se duas questões importantes. Uma, que nos mostra o quanto o discurso do patriarcado e da família nuclear atravessa os modos de produção na agricultura familiar. E, mais do que isso, transpassam as barreiras do trabalho, atravessando os aspectos sociais da vida das mulheres e dos homens do campo. Tanto que os grupos de homens e mulheres rurais do município de Sinimbu acabam reproduzindo o binarismo entre feminino e masculino, entre espaço público e privado, à medida em que os homens constituem Associações de Produtores e Sociedades de Atiradores, enquanto as mulheres participam de Clubes de Mães e Sociedades de Damas, por exemplo.

A segunda questão é que, atravessadas por relações de poder que se atualizam, para além de mães e donas de casa, o jornal dá visibilidade a novas posições assumidas pelas mulheres rurais. Elas são ditas como participantes ativas – e mantenedoras - destes grupos (Clubes de Mães e Sociedades de Damas), e organizadoras/participantes de encontros festivos e /ou comemorativos e de mobilizações – geralmente com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Emater, bem como da prefeitura local e do CRAS.

Assim, é comum que os encontros de mulheres trabalhadoras rurais no município e na região sejam marcados, por exemplo, pela presença de feiras de artesanato, de flores e folhagens, de produtos coloniais produzidos pelas mulheres, como pães e conservas, o que evidencia resquícios da divisão sexual do trabalho. No entanto, os eventos também contam com festividades, que demonstram um elo social entre os sujeitos, e com a comercialização destes produtos, o que introduz o trabalho das mulheres rurais também na lógica do capital, da comercialização. Além disso, estas atividades tem sido visibilizadas enquanto mantenedoras da cultura e da tradição das comunidades do município, tendo, nesse sentido, importante função social.

## 5.2 Cultura, tradição e mobilização social: articulações presentes no contexto do trabalho familiar e nas atividades das trabalhadoras rurais

Conforme problematizado no item anterior, ainda há resquícios da divisão sexual do trabalho, (re)produzida socialmente, associados ao modelo tradicional de família nuclear e visibilizados nas edições do jornal analisado. Resquícios estes que atravessam o campo do trabalho, adentrando também outros espaços, como o de convívio social. E estes são enunciados que se repetem ao longo das publicações. No entanto, proponho aqui uma reflexão acerca das descontinuidades presentes nos discursos do jornal, na tentativa de pensar outras relações possíveis, para além da dominação sexual (proveniente da lógica binária que coloca homens e mulheres em polos distintos, tomando o homem como superior). Descontinuidade enquanto novidade. Novidade que não é necessariamente o discurso, mas o contexto no qual ele aparece. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 26).

Dessa forma, será discutida aqui a importância social do trabalho familiar e, especialmente, das atividades exercidas pelas mulheres – para além dos espaços laborais -, conforme a ótica do jornal *Tribuna Popular*. Em diversos momentos, percebe-se a articulação do trabalho (e das trabalhadoras) com outras atividades, como encontros comemorativos, festivos e de mobilização social, que por vezes também aparecem articulados entre si. Exemplo disso são os eventos em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Um deles, em destaque na edição de 11 de março de 2016, foi a 21ª edição do Encontro das Trabalhadoras Rurais, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Vale do Rio Pardo e Baixo Jacuí. O evento aconteceu em Rio Pardo, reunindo 4, 5 mil pessoas. O tema do encontro anual foi *Aposentadoria Rural – Garantir os direitos conquistados*.

O evento serviu de alerta para as agricultoras e agricultores sobre o planejamento do Governo Federal em realizar a reforma na previdência social, pela qual os mais atingidos serão os Segurados Especiais, ou seja, os agricultores(as) familiares (TRIBUNA POPULAR, 11 mar. 2016, p. 8).

O encontro, além de palestra sobre a temática contou também com um abaixo assinado para o Ministério da Previdência Social. Ademais, autoridades presentes falaram sobre o decreto de criação do Fórum Estadual de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, que terá a finalidade de formular e debater as propostas de políticas públicas relacionadas à realidade destas mulheres. Ainda teve uma peça teatral e feira de artesanato, flores e folhagens, organizada pela Comissão

Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, onde houve comercialização dos produtos (TRIBUNA POPULAR, 11 mar. 2016, p. 8).

Outros eventos municipais marcam a passagem do Dia Internacional da Mulher, articulando o trabalho à outros campos da vida dos sujeitos. A Tribuna ressalta encontro ocorrido no município vizinho (Herveiras), organizado pela prefeitura, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria da Saúde e Assistência Social. O evento contou com a presença de um padre e um pastor, que fizeram preces e abençoaram os presentes, além de uma palestra realizada pelo pastor, falando sobre a importância da mulher na comunidade. Conforme reportagem disponível no jornal, a palestra visava a reflexão sobre o papel da mãe, da mulher e da agricultora. “O pastor ministrou uma palestra motivacional em que abordou a valorização da mulher, valores e limites das famílias” (TRIBUNA POPULAR, 20 mar. 2015, p. 9). Se evidencia, aqui, além da intersetorialidade presente nas discussões e na organização do evento, a presença também do discurso religioso.

O discurso religioso, por sua vez, também é um marcador importante para o município da pesquisa, aparecendo em intersecção ao trabalho e também ao encontro entre as mulheres. Há inclusive grupos de mulheres, para além dos Clubes de Mães e das Sociedades de Damas, nomeados por Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas – OASE. Estes grupos costumam ocorrer nas localidades do interior dos municípios, como o de Sinimbu, mantendo proximidade da religião (luterana) e da cultura germânica.

No caderno Variedades do dia 20 de março de 2015, por exemplo, a Tribuna Popular traz uma matéria sobre a comemoração do aniversário centenário de uma senhora de uma localidade do interior do município de Santa Cruz do Sul, vizinho de Sinimbu. A senhora é homenageada pela OASE. Na comemoração conta-se com uma celebração com cantos em Português e em Alemão, bem como as falas, mediadas pelo pastor, também em ambas as línguas. O trabalho ocupa posição de destaque na vida da aniversariante, conforme a reportagem do jornal, pois, segundo relato da filha, ele atua como “segredo da longevidade” da mãe.

“Quando estava mais moça, ela começou a trabalhar na cooperativa de (localidade). Foi ali que ela conheceu meu pai. Eles casaram e acabaram comprando terras na (localidade), onde reside até hoje”, lembra a filha. O segredo para chegar ao centenário, segundo (filha), é que a mãe sempre trabalhou (TRIBUNA POPULAR, 20 mar. 2015, p. 1).

A tradição e cultura germânicas, para além destes enunciados, se mantêm presentes no município da pesquisa e na vida das pessoas, conforme pode ser observado nas práticas do

cotidiano, nas festas do município – e das comunidades do interior - e também no discurso do jornal.

Município de colonização alemã, “Sinimbu representa a região em termos de cultura e tradição” (TRIBUNA POPULAR, 13 mar. 2015, p. 3), mantendo algumas das tradições dos colonizadores. Uma delas é a valorização do trabalho, enquanto elemento central da vida das pessoas, como é possível observar na fala anterior, onde se toma o trabalho como segredo para a longevidade. Também há a presença da língua alemã, utilizada não só em cultos e eventos comemorativos, mas também no cotidiano das pessoas. Tanto que, circulando pelas localidades do interior do município, encontram-se muitas pessoas idosas que não sabem sequer falar a língua portuguesa. Ademais, a culinária local também é atravessada pela cultura germânica. Logo, as mulheres, que aparecem vinculadas às atividades domésticas, inclusive o cozinhar, acabam se tornando responsáveis pela perpetuação da cultura, transmitindo-a para as gerações mais novas.

Uma das tradições culinárias visibilizada nas páginas do jornal é a fabricação artesanal de bolachas de Natal. As mesmas são feitas pelas mulheres, resultado de aprendizados herdados das gerações passadas, e ainda repassadas para as futuras. Em uma matéria em caderno especial de Natal são apresentadas receitas tradicionais de biscoitos de Natal e risoles de milho. Acompanhada das receitas aparece a fotografia de duas mulheres brancas, aparentemente idosas, fazendo os biscoitos, juntamente com duas crianças - um menino e uma menina. A cena mostrava os quatro rostos com fisionomias de concentração e alegria, e ambas crianças ajudando as mulheres na fabricação das bolachas. A legenda da imagem complementa, afirmando que “biscoito de Natal é tradição nas famílias do interior” (TRIBUNA POPULAR, 24 dez. 2015, p. 3).

Outro aspecto da culinária típica dizibilizada pela mídia local é a fabricação das cucas. Esta ganha destaque inclusive na festa do município, a Exposin, onde ocorre o concurso de “Melhor cuca de Sinimbu”, que conta com a avaliação do curso de Gastronomia da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. “O objetivo do concurso é valorizar o trabalho desenvolvido pelas cuqueiras e mostrar para a comunidade e região que Sinimbu é o berço das cucas” (TRIBUNA POPULAR, 06 nov. 2015, p. 3). Neste enunciado evidenciam-se a relação com a universidade, bem como a noção da divisão sexual do trabalho, que associa às mulheres (cuqueiras) a fabricação das cucas.

Além destas, as tradições germânicas também aparecem com frequência através da divulgação de festividades e encontros típicos, como é o caso dos encontros de Sociedades, que ocorrem com frequência nas localidades do interior do município.

O município de Sinimbu possui em torno de 30 sociedades nas modalidades de tiro ao alvo e damas. As sociedades são grupos formados dentro das comunidades, que mantêm a tradição do encontro aos finais de semana para a disputa de jogos germânicos, mantendo acesas as raízes culturais que os ancestrais imigrantes trouxeram da Alemanha (TRIBUNA POPULAR, 26 jun. 2015, p. 9).

Os jogos germânicos, referenciados acima, são realizados tanto nas comunidades do interior, onde as sociedades se reúnem, quanto na Exposin, onde se encontram diversas sociedades do município, para a realização de jogos de bolão de mesa (para mulheres) e tiro ao alvo (para homens). No entanto, há um receio de que as pessoas mais jovens não sigam perpetuando estas tradições. E isso se torna real na medida em que não há presença de jovens no evento, se evidenciando através das imagens, que mostram a participação de várias mulheres da terceira idade, uniformizadas, com calças pretas e camisas brancas, reunidas em torno de uma mesa de bolão de mesa (TRIBUNA POPULAR, 13 nov. 2015, p. 5). Os encontros de sociedades, bem como os jogos germânicos, ocorrem aos finais de semana, geralmente aos domingos, que costumam ser os dias de “folga” do trabalho rural.

Assim, evidencia-se, através do discurso jornalístico, a presença da cultura germânica, que perpassa as atividades laborativas e sociais, especialmente das mulheres, que, por resquícios de uma divisão sexual do trabalho, seguem na perpetuação do trabalho doméstico. Uma das atividades a elas associadas, dessa forma, é o cozinhar, que nem sempre é reconhecido enquanto trabalho, mas enquanto “tradição”, ou “ritual familiar”. No entanto, há movimentos, como o concurso de *Melhor cuca de Sinimbu*, referido no jornal, que tem o objetivo de – como já discorrido aqui – valorizar o *trabalho* das cuqueiras, vinculando-o aos aspectos produtivos da atividade laboral.

Ademais, pensando no contexto de tensionamento entre o agronegócio e o campesinato/agricultura familiar, as atividades manuais desenvolvidas pelas mulheres (artesanato, fabricação de bolachas e de cucas etc.) são marcas importantes de um modelo de trabalho familiar que funciona em uma lógica diferente da hegemonia capitalista. A manutenção destas tradições, dos vínculos familiares e sociais, poderia, nesse sentido, ser pensada enquanto um movimento de resistência ao discurso dominante da produtividade e da lucratividade imposto pelo capitalismo e fomentado pelo consumo dos bens industrializados.

Essas atividades, visibilizadas pelo jornal local enquanto tipicamente femininas, para além de formas de geração de renda e inserção em uma lógica mercadológica, poderiam ser vistas, assim, enquanto movimentos sociais e também políticos. Pensar este deslocamento de uma lógica de controle-dominância masculina para outra forma de dizer as mulheres rurais

pode ser uma forma de visibilizar formas de trabalho feminino nem sempre vistas como tal (por se tratarem de tarefas consideradas, pela lógica binária de dominação, enquanto naturalmente das mulheres). Atividades laborativas que antes poderiam ser consideradas tipicamente como “do lar”, ou do espaço privado, assumem outros lugares sociais, constituindo rupturas com o discurso do patriarcado, no qual há uma definição essencial de papéis de gênero.

Assim, supõe-se que rupturas discursivas como estas possam refletir também nas práticas sociais, produzindo novos significados sobre o que se define como “ser mulher” e/ou “ser agricultora”. Posições estas que podem ser diversas, dependendo das forças e saberes que compõe o campo social e discursivo, em determinado momento histórico.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Á guisa de conclusão, reforço a necessidade contínua da produção de deslocamentos ao longo do processo de pesquisa e escrita, exigindo que, para além de utilizar conceitos ou noções prontas, se problematizasse as relações entre determinados enunciados, bem como as (des)articulações possíveis ao longo deste percurso. Ressalto novamente que, apesar de uma escrita implicada de afetamentos pessoais, a produção do conhecimento e do texto não foi solitária, mas sim, acompanhada por outras pessoas e interlocutores teóricos. Ademais, este trabalho não tem a intenção de produzir efeitos de verdade, mas sim de problematizar os discursos identificados através da pesquisa, servindo de base para outras possíveis reflexões.

A análise do discurso presente nas 56 edições do jornal *Tribuna Popular*, de forma geral, apontou para resultados diferentes de articulação entre a mulher e o trabalho rural, dependendo do contexto de emergência no qual as publicações eram veiculadas. E, para além do fator trabalho, puderam ser identificadas outras intersecções em relação a cultura/tradição, as mobilizações e ao atravessamento do discurso capitalista nos sistemas laborais e sociais.

Pôde-se perceber a mídia enquanto um dispositivo de gênero, tomando o jornal como reprodutor de determinados discursos, presentes também nas práticas sociais, como o da mulher-mãe, mulher-dona-de-casa, mulher-ajudante na lavoura. A mídia local opera, assim, como um dispositivo de controle-dominância de gênero, que atua no direcionamento de determinadas posicionalidades para as mulheres. O dispositivo, segundo Foucault (2007) consiste em um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, dentre outros aparatos, possuindo o dito e o não dito como elementos constitutivos. O dispositivo seria a rede que se pode estabelecer entre estes elementos, entre os quais existe um tipo de jogo, que envolve mudanças de posição e modificações de funções.

O modo como o jornal fala/visibiliza as mulheres durante um ano de edições analisadas (entre março de 2015 e março de 2016), assim, varia dependendo do período do ano e de quem está autorizado a falar sobre o assunto. No mês de março, quando se comemora o Dia da Mulher, por exemplo, são veiculadas matérias referentes aos encontros festivos e/ou comemorativos e às mobilizações sociais, colocando a mulher em um lugar ativo, de luta, de encontro e de perpetuação das tradições. Acompanhando e organizando estes movimentos/encontros há entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STRs, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater e o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do município. O que demonstra a intersectorialidade necessária para a discussão de questões referentes à vida, ao trabalho e aos direitos das mulheres no contexto rural.

As tradições enunciadas pelo discurso jornalístico são atravessados pela cultura germânica, que constitui práticas sociais que vão desde as comemorações referentes ao Dia do Colono, até os encontros de sociedades de damas, a tradição da fabricação de cucas e bolachas natalinas e a própria valorização do trabalho como elemento central na vida dos sujeitos. Temáticas e atividades que podem, por um lado, representar a presença de evidências de uma divisão sexual – e social – do trabalho. Mas podem, por outro lado, produzir frentes de resistência a um modelo dominante, capitalista e industrializado de vida e trabalho.

Já no mês de maio, quando comemorado o Dia das Mães, se fala mais da mulher no lugar da maternidade, enquanto mulher-mãe. Nestes momentos, há reprodução de discursos voltados ao mito do amor materno, que afirmam a mulher enquanto responsável pela maternidade, pelo cuidado e destinada ao espaço privado (do lar). Esse discurso pode ser reforçado pelo modelo de família nuclear falado pela mídia enquanto vigente no município.



Essa organização familiar é perpassada pelo discurso patriarcal, onde se percebem resquícios da divisão sexual do trabalho, (re)produzida socialmente.

No meio rural, em um município que se apoia em um modelo familiar de agricultura, essa questão acaba pesando ainda mais, sendo discutida, por exemplo, a questão da posse de terras, tida como majoritariamente masculina. Percebe-se assim, o quanto as lutas pela posse de terras, dentre outros direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, resultante de embates históricos, sociais e políticos permanece atual, inclusive no município da pesquisa, afetando diretamente as mulheres.

Ademais, quando se visibiliza nas páginas do jornal a questão específica do trabalho familiar voltado para a produção de tabaco, algumas considerações se fazem importantes. Inicialmente, percebe-se que a figura masculina é falada enquanto o produtor, o agricultor, o colono, sendo a mulher geralmente nomeada por sua esposa, ou ajudante na lavoura, mesmo que realize as mesmas atividades laborais. Segundo, que dentre as reflexões mais importantes, há um modelo de agronegócio que produz forças sobre o campesinato, tentando lhe impor o modelo capitalista de produção. Uma das forças dominantes, nesse sentido, são os oligopólios das empresas fumageiras, que acabam expropriando o trabalho e as possibilidades de escolha dos trabalhadores e das trabalhadoras familiares, impondo-lhe regras de tempo, produção e comercialização do tabaco.

Enfim, é possível afirmar uma polifonia discursiva acerca das intersecções entre as mulheres e o trabalho no meio rural. Polifonia discursiva, denominada por Fisher (2001), enquanto diversas vozes, que falam em/sobre um mesmo discurso. Assim é possível pensar que, acerca dos discursos sobre a mulher, em intersecção ao trabalho rural, há atravessamentos de outros campos discursivos. Entre eles, o religioso, o da tradição germânica e o do capital, que aparecem no jornal através de diversos enunciados e formações discursivas que envolvem não só o contexto laboral, mas também o político e o social, produzindo ecos em diversos discursos.

Finalizando, cabe reforçar a necessidade de que outros estudos possam ser realizados acerca da temática, focalizando tanto os contextos de vida e trabalho no meio rural, quanto a questão do gênero, que apontou aqui, segundo as produções materializadas pelo jornal, algumas dificuldades, mas também potencialidades das vivências femininas neste contexto. Também podem ser pensados outros aspectos, como os referentes à etnia, raça e outras posicionalidades de gênero, para além dos marcadores feminino e masculino.

Além destes, caberia investigar como os discursos (re)produzidos pelo jornal produzem subjetividades, e como são (re)produzidos nas e pelas práticas sociais, em um

processo de trocas constantes, considerando que os objetos da linguagem, ao mesmo tempo em que produzem sujeitos, também são por eles produzidos. Enfatizando que se torna necessário compreender de que forma os discursos e as práticas sociais, em determinados contextos históricos e culturais, acabam por produzir sujeitos. Ou como devemos deter-nos “sobre essas práticas - discursivas e não discursivas - para compreender a rede diferenciada de poderes e saberes que nos produzem” (FISCHER, 2001, p. 22). Isso pode nos servir enquanto ferramenta teórica, prática e política para o exercício de uma ciência, inclusive a Psicologia, comprometida com os sujeitos, em seus contextos, vivências e singularidades, o que não é, nem pode ser, apartado da política.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AUGUSTINI, Carmen L. Reflexões sobre a constituição epistemológica da análise de discurso. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. In: p. 129 – 136.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1983].

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.html)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

CENSO agropecuário 2006: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=432067&idtema=3&search=rio-grande-do-sul|sinimbu|censo-agropecuário-2006>>. Acesso em: 27 out. 2016.

CENSO demográfico 2010 – Resultados preliminares do Universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares/conceitos\\_definicoes.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/conceitos_definicoes.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CENSO demográfico 2010: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N. et. al. (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COSTA, João Paulo R. Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC: uma contribuição ao desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo a partir da pedagogia da alternância. 2012. 226 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/422>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

DI SABATTO, Alberto et. al. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Andrea Butto (Org.) Brasília: MDA, 2009. 168p. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/Livro\\_Estatisticas\\_Rurais\\_e\\_a\\_Economia\\_Feminista\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/Livro_Estatisticas_Rurais_e_a_Economia_Feminista_0.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

FERNANDES, Bernardo M. A importância da reforma agrária para o desenvolvimento do Brasil. In: DIMENSTEIN, Magda et. al. (Org.). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Editora Intermeios, 2016. p.19 – 44.

FETAG-RS. Desenvolvido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul. Apresenta informações sobre a instituição estadual do Dia do Produtor de Tabaco no RS. s/d. Disponível em: <<http://www.fetagr.org.br/site/noticias.php?id=1094>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 114, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FONSECA, Cláudia. As múltiplas mulheres brasileiras. In: STREY, Marlene Neves et.al. (Orgs.). *Encenando gênero: cultura, arte e comunicação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 77 – 92.

FONSECA, Tania M. G. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004. 236 p.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo: v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em:

KARNOPP, Erica; OLIVEIRA, Victor da Silva. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. *REDES – Revista [do] Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, v.17, n. 2, mai/ago 2012. p. 215 – 228.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes et. al. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11 – 29.

PAULILO, Maria I. S. Trabalho familiar, uma categoria esquecida. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PICCININ, Fabiana. *Para uma leitura crítica da mídia* (apresentação oral). Roda de conversa. Casa Plural, Santa Cruz do Sul: 25 ago. 2016.

PINTO, Céli R. J. Elementos para uma análise de discurso político. 2005. *Barbarói – Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC: n°24, ano 2006/I. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney*: o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: HUCITEC, 1989. 193 p.

PREHN, Denise R. Trabalho de mulher? In: ROSO, Adriane et. al. (Org.). *Gênero por escrito*: saúde, identidade e trabalho. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 57 – 72.

RESUMO estatístico municipal – Perfil socioeconômico: Banco de dados agregados da FEE. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Sinimbu>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et. al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I, N° I, Julho de 2009. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_documental\\_pistas\\_teoricas\\_e\\_metodologicas.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SAUER, Sérgio. Luta pela terra e reforma agrária: a construção de espaços de cidadania no Brasil. In: DIMENSTEIN, Magda et. al. (Org.). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Editora Intermeios, 2016. p. 45 - 69.

SCHAUMLOEFFEL, Suelen. Em três cidades Dia do Colono e Motorista será comemorado com feriado. *O diário da Encosta da Serra*. Diário. Edição 15 jul. 2016 [on-line]. 2016). Disponível em: <<http://www.odiariorio.net/noticia/10710/Dia-do-Colono-e-Motorista-sera-comemorado-com-feriado>>. Acesso em: 13 out. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 71-99. Disponível em: <[https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SEHN, Elise J. *(In)visibilidade e processo de subjetivação na higienização hospitalar: Trabalho de mulher ou mulher de trabalho?* 2015. Artigo teórico-analítico (Curso de Psicologia – Universidade de Santa Cruz do Sul). Santa Cruz do Sul, 2015.

SEHN, Elise J. et. al. *Os simpsons: uma questão de gênero*. 2014. Relatório de Pesquisa Aplicada à Psicologia (Curso de Psicologia – Universidade de Santa Cruz do Sul). Santa Cruz do Sul, 2014.

SIQUEIRA, Maria J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. *Psicologia: organizações e trabalho*. Florianópolis: UFSC. Vol. 2, n.1, janeiro/junho, 2002. p. 11 – 30.

SPINK, Mary J. P. et. al. A construção da AIDS-notícia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, jul-ago, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n4/5291.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

STREY, Marlene Neves. Mulher e trabalho. In: ROSO, Adriane et. al. (Org.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 41 – 56.

STREY, Marlene Neves et. al. (Orgs.). *Vida de mulher: Gênero, sexualidade e etnia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 324 p.

TEIXEIRA, Ludmila de Lara. *Que jovens são esses? Pensando a produção dos sujeitos através do programa jovem aprendiz*. 2015. 41 f. Trabalho de Curso (Curso de Psicologia – Universidade de Santa Cruz do Sul). Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/981/1/Ludmila%20de%20Lara%20Teixeira.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

WEBER, Roswithia. As comemorações da imigração no Rio Grande do Sul: o 25 de Julho, uma data e muitas histórias. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 5 Nº 10, Dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/195/189>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos. In: DIMENSTEIN, Magda et. al. (Org.). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Editora Intermeios, 2016. p. 223 – 246.

### Jornais utilizados:

TRIBUNA POPULAR. Caderno Especial - Dia da Mulher. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.137. Sexta-feira, 6 de março de 2015. p. 10 -11.

\_\_\_\_\_. Caderno Especial – Dia do Colono e Motorista. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.174. Sexta-feira, 24 de julho de 2015. p. 1 – 12.

\_\_\_\_\_. Caderno Especial – Dia do Trabalhador. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.152. Sexta-feira, 30 de abril de 2015. p. 1 – 8.

\_\_\_\_\_. Caderno Especial – Natal. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.214. Quinta-feira, 24 de dezembro de 2015. p. 1 – 8.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.137. Sexta-feira, 6 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.139. Sexta-feira, 13 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.141. Sexta-feira, 20 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.143. Sexta-feira, 27 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.151. Sexta-feira, 24 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.152. Sexta-feira, 30 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.152 (sic). Sexta-feira, 08 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.166. Sexta-feira, 26 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.174. Sexta-feira, 24 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.176. Sexta-feira, 31 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.184. Sexta-feira, 28 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.200. Sexta-feira, 30 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.201. Sexta-feira, 06 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.203. Sexta-feira, 13 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.214. Quinta-feira, 24 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.217. Sexta-feira, 15 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição semanal, n. 1.224. Sexta-feira, 04 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição semanal, n. 1.225. Sexta-feira, 11 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. Sinimbu. Ano 23. Edição semanal, n. 1.2. Sexta-feira, 11 de março de 2016.

**ANEXO A – Atestado de opção de ênfase em Psicologia e Políticas Públicas**

**OPÇÃO DE ÊNFASE**

Eu, Olise Juliana Sehn, curso nº 3025,  
matricula nº 77339, venho, por meio desta, formalizar a minha opção de ênfase  
curricular, com vistas à realização de disciplinas específicas, bem como do cumprimento  
dos requisitos estabelecidos no projeto pedagógico do curso de Psicologia.

- Processos Clínicos  
 Psicologia e Políticas Públicas

Santa Cruz do Sul, 30/10/2014

Olise J. Sehn  
Assinatura do aluno

  
Assinatura da Coordenação do Curso



**ANEXO B – Declaração de dispensa do TCLE****DECLARAÇÃO**

Santa Cruz do Sul, 02 de dezembro de 2016.

Eu, Elise Julia Sehn, acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, declaro que submeti, juntamente com o projeto de pesquisa intitulado “Mulher e trabalho rural: Interfaces sob a ótica do discurso jornalístico em um município do interior do Rio Grande do Sul”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - da universidade sob CAAE nº 57135716.4.0000.5343, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a realização de possíveis entrevistas com profissionais da equipe de redação do jornal Tribuna Popular, do município de Sinimbu/RS, caso se fizessem necessárias ao longo da realização da pesquisa. No entanto, não houve necessidade de realização das entrevistas, o que resultou na dispensação do uso do TCLE submetido para aprovação ética pelo CEP.

A handwritten signature in blue ink that reads "Elise Julia Sehn" is written over a horizontal line.

**Elise Julia Sehn**

Acadêmica do curso de Psicologia – UNISC